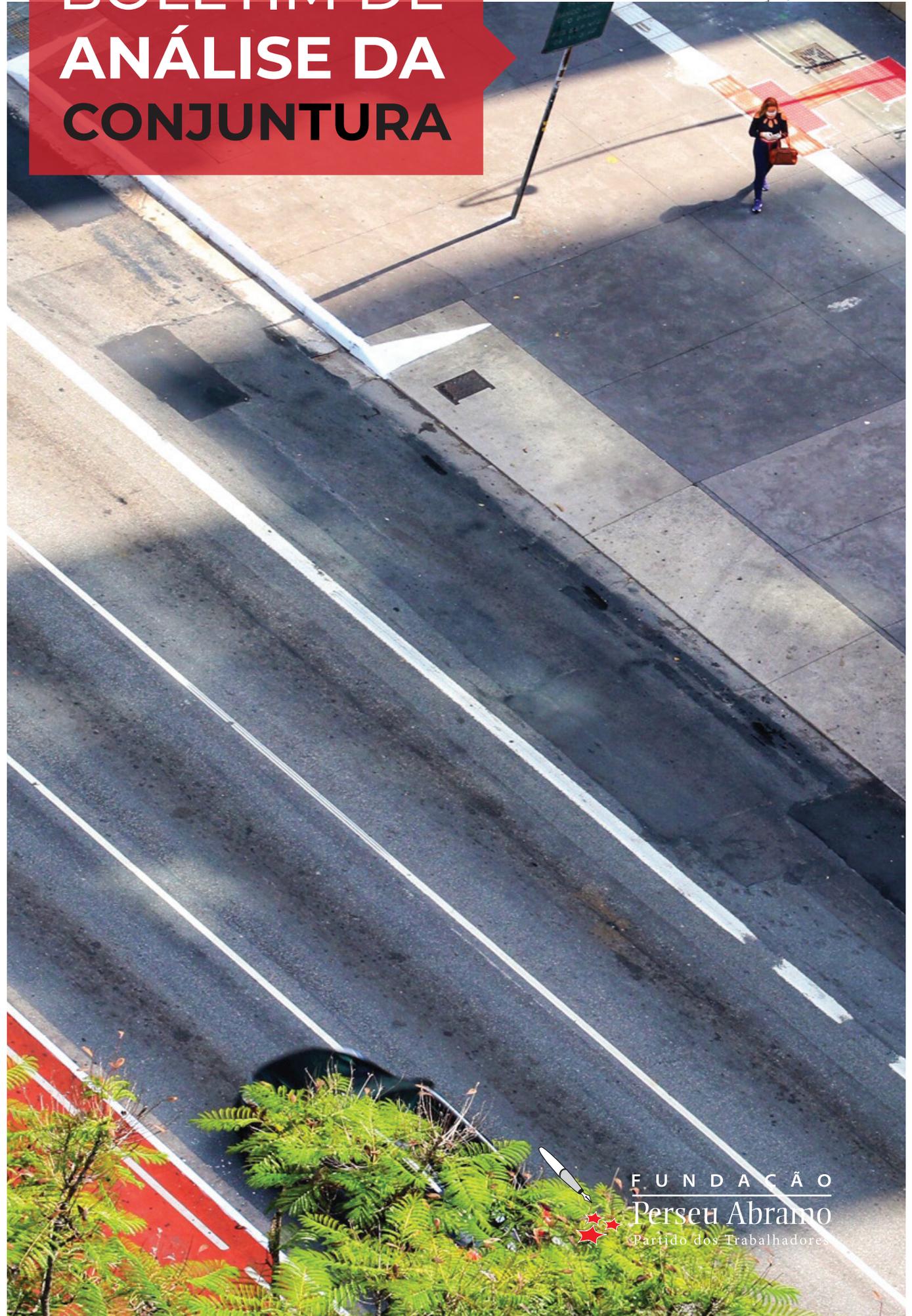


# BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 05 - Nº 45 - MARÇO/ABRIL 2020



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



# APRESENTAÇÃO

A edição março/abril do *Boletim de Análise da Conjuntura* da Fundação Perseu Abramo traz um panorama do impacto da crise provocada pelo coronavírus nas dimensões política, social e econômica do Brasil e do mundo. Traz ainda uma avaliação da derrocada da imagem de Bolsonaro perante a opinião pública, em decorrência de sua postura irresponsável e negacionista em relação à pandemia.

A seção **Internacional** analisa reflexos políticos e econômicos nos países mais atingidos pelo vírus e a guerra comercial por equipamentos médicos da China, bem como do estremecimento das relações sino-brasileiras.

Em **Economia**, a linha de ação adotada por Paulo Guedes revela-se tragicamente insuficiente e equivocada, com o ministro e sua equipe ainda apegados ao dogma do fiscalismo e incapazes de enfrentar os desafios colocados pela urgente necessidade de sustentação dos fluxos de renda da economia e assim evitar um colapso social de grandes proporções.

As posições de Bolsonaro, contrariando as orientações da Organização Mundial da Saúde, e como isso tem impactado suas relações com os demais poderes e atores políticos são o tema de **Política e Opinião Pública**. A seção também traz resultados de pesquisa sobre a percepção da crise e das medidas para sua contenção, além da avaliação do governo, ministérios e demais instâncias no combate à pandemia.

Em **Territorial**, um estudo ranqueia todos os municípios brasileiros com base nas vulnerabilidades que facilitam a propagação do coronavírus, com o

objetivo de alertar a população e os gestores públicos responsáveis por implantar políticas de contenção à disseminação deste em suas cidades.

A seção **Federalismo** mostra que a despeito do governo federal, municípios e estados buscam cumprir seu papel e têm assumido a dianteira no combate ao coronavírus. E muitas cidades brasileiras têm gerado experiências de referência nesta luta.

Em **Judiciário**, aponta-se que, como solução para a crise, governo e Congresso Nacional tomaram diversas decisões que afetam as relações jurídicas no Brasil. No entanto, como há algum tempo, o Poder Judiciário prova ter sido criado para proteger o sistema econômico, e não as pessoas.

Diante da pandemia, ganha contornos dramáticos a situação já complicada no país dos quase oitocentos mil presos que cumprem pena em presídios, em sua maioria superlotados e em condições de insalubridade, com falta de materiais de higiene, de atendimento médico e privação dos “jumbos”, conforme analisa a seção de **Segurança Pública**.

A **Comunicação** apresenta a visão da imprensa estrangeira sobre o Brasil após o início da crise provocada pelo coronavírus e o impacto da pandemia na imprensa tradicional brasileira e nas redes sociais online, que indica um desgaste cada vez maior da imagem de Jair Bolsonaro.

Por fim, **Movimento Sociais** traz uma análise que mostra que a crise leva os movimentos organizados a descobrirem como se aproximar de suas bases mesmo a distância.



*Esta seção trata da pandemia do coronavírus, de seus reflexos políticos e econômicos nos países mais atingidos e da guerra comercial por equipamentos médicos da China, bem como do estremecimento das relações sino-brasileiras.*

## Coronacrise ao redor do mundo

O espalhamento do coronavírus pelo mundo criou novos epicentros da doença na Europa, sobretudo Itália e Espanha, e nos Estados Unidos, países com maior número de casos até o momento. Nesses e também em outros locais, os governos têm se mobilizado para seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e aplicar o isolamento horizontal, com quarentenas e distanciamento social, por exemplo, em seus territórios, bem como aumentar os gastos públicos para mitigar os impactos negativos do “congelamento” da sociedade na economia.

Alinhados ideologicamente ao governo brasileiro, Boris Johnson, primeiro-ministro do Reino Unido, e Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, subestimaram em um primeiro momento o coronavírus, comparando-o a uma gripe ou resfriado comum. Johnson, que está atualmente infectado e internado no hospital, chegou a dizer que estava cumprimentando com apertos de mão pessoas contaminadas com o vírus. Trump defendia o discurso de que o remédio para evitar o espalhamento não poderia ser pior que a doença, ao referir-se à economia e a colocá-la em primeiro lugar.

Assim como Bolsonaro, Trump e Johnson são expoentes do negacionismo em relação à ciência em questões como a vacina e o aquecimento global. Porém, com a urgência causada pelo espalhamento do coronavírus, número de casos e óbitos au-

mentando exponencialmente e a possibilidade do colapso de seus sistemas de saúde, tanto Trump quanto Johnson voltaram atrás em seus posicionamentos iniciais e passaram a defender as medidas de isolamento horizontal. Os dois governos anunciaram pacotes econômicos robustos para enfrentar a crise econômica, sendo que nos Estados Unidos o valor do pacote chegou a dois trilhões de dólares e, no Reino Unido, o valor é de 350 bilhões de libras, o equivalente a 15% do PIB do país.

Governos da França e Alemanha são defensores do isolamento horizontal e anunciaram medidas econômicas de expansão do gasto público. Itália e Espanha adotaram esta medida com atraso, o que explica a alta taxa de morbidade nesses países. Na Itália o governo pretende garantir que nenhuma pessoa perca o emprego durante a crise e está cogitando estatizar empresas, como o caso da companhia aérea Alitalia.

O mesmo está sendo feito pela França que, além de estudar estatizar empresas, suspendeu as contas de água, luz, gás e aluguéis, bem como congelou as reformas pendentes, como, por exemplo, a da Previdência. Alemanha e Espanha anunciaram pacotes de 750 bilhões e duzentos bilhões de euros, respectivamente, o que, no caso espanhol, representa 20% do PIB.

Na América Latina os posicionamentos de vários

governos não são diferentes. Nosso vizinho, a Argentina, está em quarentena determinada pelo presidente progressista Alberto Fernández, o qual proibiu demissões por justa causa durante este período e irá auxiliar o pagamento de salários de empresas com até cem funcionários. Outros países, como Bolívia, Paraguai e Chile também estão em quarentena determinada pelos seus governantes. Da mesma forma, Venezuela e Cuba, embora ambos duplamente prejudicados devido às sanções e ao bloqueio estadunidense. No entanto, no Equador, a resposta governamental tem sido tão negligente que até faltam caixões e estrutura para enterrar os mortos pela doença.

O único país que estava resistindo às recomendações da OMS era o México, onde o presidente López Obrador estava fazendo pronunciamentos diminuindo o impacto que o coronavírus poderia causar. Entretanto, ele voltou atrás em seu posicionamento, aconselhou as pessoas ficarem em casa e disse que, sem o distanciamento social agora, a economia poderia piorar no futuro. Além disso, anunciou pacote econômico para ajudar trabalhadores informais e pequenas e médias empresas.

Vale comentar que dois líderes expoentes da extrema-direita no cenário internacional e alinhados a Bolsonaro, Benjamin Netanyahu, de Israel, e Viktor Órban, da Hungria, aproveitaram do contexto de urgência de combate ao coronavírus para tornarem seus governos mais autoritários. Netanyahu fechou o Parlamento e os tribunais do país, enquanto Órban também suspendeu o Congresso, bem como as eleições, e irá governar através de decretos. Além disso, ele poderá censurar os meios de comunicação se avaliarem que estes estão informando a população de maneira equivocada sobre o coronavírus. Alguns analistas já indicam que essa é a primeira ditadura dentro da União Europeia.

Vendo a movimentação dos governos ao redor do mundo para combater o coronavírus, Bolsonaro parece cada vez mais isolado e remando contra a corrente. É um dos únicos chefes de Estado que insistem em não escutar as autoridades médicas e infectologistas e é contrário ao isolamento horizontal, medida cada vez mais consolidada na comunidade científica como eficaz para o combate do co-

ronavírus e prevenir o colapso do sistema de saúde. Ao lado de Bolsonaro estão apenas presidentes como o da Bielorrússia, Aleksandr Lukashenko, que não adotou nenhuma medida para combater o espalhamento da doença e fez declarações absurdas dizendo que sauna e vodka poderiam combatê-la.

### Guerra comercial por equipamentos da China

Com a possibilidade de colapso de seus sistemas de saúde e a consequente falta de equipamentos médicos e respiradores, os países se lançaram em uma corrida frenética para a compra desses insumos no mercado mundial. A China, que é responsável por 90% da produção de equipamentos de proteção individual (EPI's) e um quinto da produção de respiradores, se tornou o principal fornecedor dessas compras que estão permeadas de acusações de quebras de regras do comércio internacional.

Governantes da França e da Alemanha acusaram os Estados Unidos de desviar compras, ao pagar de três a quatro vezes mais o valor que estava definido previamente nos contratos o que, segundo o ministro de Interior alemão, Andreas Geisel, se configura como um ato de "pirataria moderna". Trump também restringiu exportações de materiais considerados essenciais para o combate do coronavírus por parte de empresas americanas, ação que foi tomada igualmente pelos governos da França e da Alemanha em relação às suas empresas.

No Brasil, a importância de manter boas relações bilaterais com a China nesse contexto parece ser minimizada por pessoas ligadas ao governo, como filho do presidente, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, e o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Ambos ofenderam a China por meio de postagens em redes sociais consideradas de cunho racista e xenófobas, mas que tiveram respostas à altura da Embaixada chinesa em Brasília. Não se descartam reações chinesas de outra índole no futuro próximo.

Eduardo, repetindo Trump no começo da crise, classificou o coronavírus como "vírus chinês", culpando o país asiático pela pandemia. A Embaixada da China respondeu o comentário chamando o filho do presidente de irresponsável e disse que

ele havia contraído um vírus mental ao retornar de Miami, nos Estados Unidos, o qual estava infectando a amizade entre os países. Na mesma toada, Weintraub fez uma postagem na qual insinuava que a China teria um plano com o espalhamento do coronavírus para obter lucro e vantagens geopolíticas. A Embaixada respondeu novamente dizendo que a postagem tinha "cunho fortemente racista" e que isso poderia estremecer as relações bilaterais entre os países.

As postagens do ministro da Educação e de Eduardo estremecem as relações com o principal par-

ceiro comercial do Brasil, em um contexto no qual provavelmente irá precisar de equipamentos médicos chineses, assim como grande parte dos países. Se for considerado que Bolsonaro é um dos únicos governantes que não está tomando medidas para frear o espalhamento do coronavírus, instigando os seus apoiadores a defenderem que o isolamento social acabe, o que pode levar ao colapso mais rápido do sistema de saúde e à falta de equipamentos médicos, aumentando a necessidade de compra dos produtos chineses, as declarações tomam contornos ainda mais dramáticos.

*O Brasil desponta como um dos países que mais devem sofrer com a crise de múltiplas dimensões que se alastra pelo mundo. À parte os desserviços e a falta de capacidade de liderar do presidente da República, a linha de ação adotada por Paulo Guedes revela-se tragicamente insuficiente e equivocada, com o ministro e sua equipe ainda apegados ao dogma do fiscalismo e incapazes de enfrentar os desafios colocados pela urgente necessidade de sustentação dos fluxos de renda da economia e assim evitar um colapso social de grandes proporções.*



## Antes da pandemia Brasil já estava na UTI

### Nível de atividade

A crise de grande amplitude que abala o mundo neste início de 2020 alcança o Brasil em situação particularmente frágil. Por um lado, a estrutura produtiva brasileira seguia em trajetória de recuperação muito fraca e bastante aquém do que seria necessário para recuperar as perdas que ocorreram durante os dois anos de recessão. Por outro, as várias reformas de inspiração neoliberal que foram implantadas desde o golpe de 2016 não apenas desarticularam importantes aparatos estatais - que seriam fundamentais para enfrentar esse momento de crise aguda - como sujeitaram boa parte da população à insegurança de um mercado de trabalho pouco regulado, com gran-

de proporção de trabalhadores informais e precários e altamente suscetível aos ciclos econômicos. Além disso, como se não bastasse, no comando do país tem-se um grupo de aventureiros de ultradireita que revela pouca disposição para o que não seja defender os seus próprios interesses ou os interesses dos grupos econômicos que lhes apoiaram. Consequentemente, como aponta um relatório recente da consultoria The Economist Intelligence Unit, o Brasil deve ser uma das economias que mais perderão com a crise, provavelmente terminando o ano com uma contração do PIB bastante acentuada, na ordem de 5,5%, o que representaria uma perda de 7,9 pontos percentuais se comparada com a projeção pré-covid-19 (veja quadro 1).

QUADRO 1 - Previsão de crescimento do PIB das principais economias

País	Previsão de crescimento PIB em 2020		
	Atual	Pré Covid-19	Variação p.p.
<b>Brasil</b>	<b>-5,5</b>	<b>2,4</b>	<b>-7,9</b>
Alemanha	-6,8	0,9	-7,7
Itália	-7,0	0,4	-7,4
Turquia	-3,0	3,8	-6,8
México	-5,4	1,1	-6,5
Inglaterra	-5,0	1,1	-6,1
Arábia Saudita	-5,0	1,0	-6,0
França	-5,0	1,0	-6,0
China	1,0	5,9	-4,9
Argentina	-6,7	-2,0	-4,7
Estados Unidos	-2,8	1,7	-4,5
África do Sul	-3,0	1,4	-4,4
Indonésia	1,0	5,1	-4,1
Coreia do Sul	-1,8	2,2	-4,0
Índia*	2,1	6,0	-3,9
Rússia	-2,0	1,6	-3,6
Canadá	-1,3	1,8	-3,1
Japão	-1,5	0,4	-1,9
Austrália	0,4	2,0	-1,6

\* - para o ano fiscal 2020/21

Fonte: The Economist Intelligence Unit

Os dados coletados pelas pesquisas setoriais do IBGE, que chegam ao público com dois meses de defasagem, indicavam que, no trimestre móvel encerrado em janeiro de 2020, já feitos os ajustes sazonais, o volume de vendas no varejo havia caído 0,4% em relação ao trimestre móvel imediatamente anterior, enquanto o setor de serviços tinha registrado estabilidade de 0% e a produção física da indústria oscilado positivamente 0,2%.

No mercado de trabalho o mesmo processo de perda de dinamismo se revelava neste início de ano. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), no trimestre encerrado em fevereiro houve um aumento de 0,4 ponto percentual na taxa de desemprego, totalizando 12,3 milhões de trabalhadores nessa condição.

Ou seja, ao contrário do que vem dizendo o ministro da Economia em suas lives, o nível de atividade neste início de ano mantinha-se em patamar muito baixo, oscilando próximo de zero e na mesma toada que encerrou 2019.

Porém, com o estouro da crise provocada pela pandemia do coronavírus no início de março, o quadro que já era anêmico e preocupava se agra-

vou radicalmente. Desde o primeiro momento, as medidas sanitárias que se impuseram como necessárias diante da pandemia e os riscos que se abatem sobre a vida da população provocaram o que os economistas chamam de “parada súbita”, com inevitáveis efeitos depressores sobre a demanda agregada, colapsando os nexos mercantis que sustentam a atividade econômica, atingindo em especial os setores do comércio e dos serviços.

Dentre os primeiros dados que estão disponíveis, as despesas com cartão de crédito e débito registrados entre o início de março e a primeira semana de abril já permitem perceber que a queda do volume de pagamentos foi muito forte em quase todos os subsetores do varejo e na totalidade das atividades dos serviços privado.

Conforme se pode observar no Quadro 2, no varejo, embora no subsetor de bens de consumo não duráveis tenha sido registrado um crescimento de 2,3%, puxado pelo avanço de 5,2% nas vendas das drogarias e de 17% nas vendas dos supermercados, ocorreram quedas expressivas em todos os outros subsetores, notadamente no de vestuário (-48,5%) e nas lojas de departamento (-38,5%).

Já o faturamento das atividades de serviços sofreu uma forte contração de 49,5% no mesmo período, com o segmento de turismo e transportes registrando a maior baixa (-62%), seguido pelas atividades classificadas como "demais serviços" (-48,2%) e do segmento de bares e restaurantes (-41,7%). Cabe destacar, contudo, que a despeito da forte queda observada neste período de cinco semanas

consideradas pela pesquisa, foi apenas a partir do dia 16 de março que as medidas de isolamento social começaram efetivamente a serem colocadas em prática e que, portanto, esses dados relativos aos impactos da crise sobre o varejo e os serviços ainda estão positivamente afetados pelos resultados das duas primeiras semanas de março.

**QUADRO 2 - Faturamento do Varejo e dos Serviços no Pós-Covid-19**  
(Brasil, 01 de março a 04 de abril)

<b>Varejo Total</b>	<b>-23,8%</b>
<b>Bens Não Duráveis</b>	<b>2,3%</b>
Drogarias/Farmácias	5,2%
Supermercados	17,0%
Postos de Gasolina	-23,1%
Demais N-Duráveis	-24,9%
<b>Bens Duráveis</b>	<b>-38,9%</b>
Vestuários	-48,5%
Móveis/Eletrô/Lojas Dpto	-38,5%
Mat. Construção	-18,8%
Demais Duráveis	-38,4%
<b>Serviços</b>	<b>-49,5%</b>
Turismo/Transportes	-62,0%
Bares e Restaurantes	-41,7%
Serv. Automotivos/Autopeças	26,9%
Demais Serviços	-48,2%

Fonte: Cielo | ICVA - Índice Cielo do Varejo Ampliado

### Comércio Exterior

Uma das faces mais preocupantes da crise internacional que se inicia é seu impacto sobre o comércio exterior do país. O resultado acumulado até o mês de março de 2020 (+5,6 bilhões de dólares) já indicava uma queda preocupante em relação ao saldo comercial brasileiro obtido no mesmo período do ano passado (+ nove bilhões de dólares), uma queda de 38%. Entretanto, com a emergência da crise, inevitavelmente aquela tendência de deterioração do comércio exterior do Brasil deverá se agravar sobremaneira a partir dos próximos meses.

Por um lado, é de se esperar uma queda significativa do volume total das exportações brasileiras em decorrência da inevitável contração do comércio mundial e da redução no preço de alguma das principais commodities exportadas pelo país - ape-

nas no mês de março, houve um recuo de 4,3% no IC-Br, índice calculado pelo Banco Central que é composto pelos segmentos das commodities agrícolas, metálicas e energéticas. Estas últimas registraram queda acentuada de 20,7% em março e de 29,05% nos últimos doze meses. Por outro lado, a forte desvalorização do real que vem sendo observada desde o início no ano, acumulando uma queda de 24% em relação ao dólar, deverá compensar em parte os fatores negativos, mas provavelmente de forma insuficiente para reverter a tendência mais ampla de queda do superávit comercial. Não é demais assinalar que a condução ideológica e pouco pragmática do Ministério das Relações Exteriores desde o início do governo Bolsonaro revela crescentes dificuldades para sustentar relações comerciais virtuosas do Brasil com parceiros importantes, notadamente a China e os países do Oriente Médio.

### Inflação e política monetária

Como não poderia deixar de ser, a acentuada contração da atividade econômica deve derrubar ainda mais os preços domésticos. De acordo com o mais recente Relatório Focus do Banco Central, a mediana das projeções coletadas junto aos analistas do mercado indica que a inflação calculada pelo IPCA deverá ficar em 2,44% no ano de 2020, forçando nova redução da taxa Selic, estimada em 3,25%. Com isso, se forem mantidas essas perspectivas, a taxa de juros real ex-ante deverá encerrar o ano abaixo de 1%, com possibilidade de se aproximar de 0%, o que significaria algo inédito na gestão econômica brasileira, visto que a política monetária perderia sua eficácia como instrumento de estímulo à atividade econômica.

Por outro lado, dadas a gravidade da crise e a possibilidade concreta de ocorrer um empocamento da liquidez nas instituições bancárias, o Banco Central tem adotado uma série de medidas para garantir a fluidez de liquidez pelo sistema, inclusive considerando a aquisição da carteira de bancos e das instituições financeiras. Trata-se, contudo, de uma inovação na história de atuação do Banco Central brasileiro, a qual, embora necessária, traz consigo riscos de favorecimento e certa assimetria entre as diversas modalidades de socorro, por isso devendo ser acompanhada por absoluta transparência e pela exigência de contrapartidas por parte das instituições beneficiadas.

### Contas Públicas e Política Fiscal

Frente aos imensos desafios colocados pela crise do coronavírus, é inexorável e perfeitamente jus-

tificável que a atuação do setor público seja ampliada de forma significativa nos próximos meses, bem como providenciadas injeções de recursos públicos tanto para financiar as ações das políticas públicas – notadamente na área de saúde – quanto para sustentar os fluxos de renda e a demanda agregada. Conforme referido antes, a crise tende a colapsar todos os componentes da demanda agregada que dependem da iniciativa privada (consumo, investimentos e saldo comercial), só restando o gasto governamental, por seu caráter autônomo, como o único instrumento possível a ser acionado para compensar a queda abrupta dos demais.

Diante disso, na grande maioria dos países ao redor do mundo, os pacotes de ajuda com recursos públicos alcançam cifras gigantescas, na casa de 10% a 20% do PIB, e estão sendo financiados por emissão monetária e expansão da dívida pública, sem maiores preocupações com os efeitos futuros dessas operações na relação dívida/PIB. No Brasil, entretanto, o apego ao fiscalismo segue forte e o governo se mantém relutante para liberar recursos aos programas de socorro. Até o momento, à parte o falatório e os recorrentes malabarismos contábeis, o montante de recursos adicionais autorizado pelo Ministério da Economia é de apenas 3% do PIB, volume absolutamente insuficiente seja para garantir renda às famílias e sustentar a viabilidade dos negócios privados, seja para contribuir com o financiamento das políticas públicas que estão a cargo de estados e municípios, os quais terão suas receitas fortemente contraídas pela contração das atividades de serviço e do varejo, ao mesmo tempo em que constituem os agentes públicos por excelência na ponta do sistema incumbidos de atender as urgências econômicas e sociais.

*Esta seção trata das posições adotadas por Jair Bolsonaro frente à pandemia do coronavírus, contrariando as orientações da OMS, e de como isso tem impactado suas relações com os demais poderes e atores políticos. Aborda também os últimos resultados de pesquisa de opinião pública sobre a percepção da crise e das medidas para sua contenção, além da avaliação do governo, ministros e outras instâncias no combate à pandemia.*



## O terraplanismo sanitário de Bolsonaro

Em meio à pandemia de Covid-19, um dos destaques na conjuntura política nacional é a postura de Bolsonaro frente à necessidade de combate ao novo coronavírus. Após esboçar uma aproximação com governadores de estado, o presidente fez pronunciamentos em rede nacional nos quais minimizou a doença e atacou a imprensa e os próprios governadores.

Em um deles, minimizou a crise e tratou o novo coronavírus como uma “gripezinha”, que só vai afetar os idosos, acusando a imprensa e os governadores de estarem promovendo “histeria”. Bolsonaro adotou um discurso na contramão das orientações adotadas por todo o mundo e recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), defendendo isolamento parcial e reabertura do comércio e escolas e o retorno à normalidade.

As declarações do presidente têm sido alvo de reprovação por parte de diversas instituições e lideranças políticas nacionais. Foram repudiadas pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, o presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre, além de representantes da sociedade civil. Mesmo antigos aliados, como o governador Ronaldo Caiado (DEM) e João Doria (PSDB), romperam com Bolsonaro.

Em nota, o PT apontou a irresponsabilidade criminosa de Bolsonaro ao atacar as medidas de isolamento, na contramão de cientistas, autoridades médicas da OMS e de todos os países, em “mais uma demonstração de ignorância, má fé e cinismo de um presidente que só pensa em si, no seu poder e de sua família” (...). “Foi um gesto de total desprezo pela vida das pessoas, pelos seres humanos, pela população que ele tem obrigação de proteger diante da mais grave crise sanitária que o mundo moderno já enfrentou. Uma incitação ao genocídio.”

Neste contexto, o presidente perdeu protagonismo, enquanto coube ao ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, ao presidente da Câmara e aos governadores concentrarem poder de agenda no combate à pandemia. Se por um lado há um tresloucado Bolsonaro, que repete e reafirma absurdos e teorias conspiratórias, por outro há governadores tomando medidas, o Congresso pautando propostas econômicas e o ministro da Saúde defendendo diariamente a quarentena.

O impacto deste novo cenário foi o aumento da popularidade de Mandetta e dos governadores e da rejeição a Bolsonaro. Isso se deve tanto à postura discrepante entre Bolsonaro e os outros atores políticos, quanto à acentuada exposição midiática que estes receberam nos últimos meses.

Após perder espaço, o presidente intensificou sua postura errática que o isola ainda mais e o leva cada vez mais ao papel de quem está mais atrapalhando do que ajudando, e cujos atos devem ser podados. Isso se evidenciou quando o presidente quis demitir Mandetta, deixando claro que estaria disposto a rifar seu ministro em troca da nomeação de outro que fosse contra as recomendações da OMS. De acordo com informações de bastidores, a cúpula do Congresso Nacional e o núcleo militar que despacha do Palácio do Planalto, como o ministro da Casa Civil, general Braga Netto, e o próprio vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, intervieram para bloquear a ação do presidente. O fato traz mais uma confirmação de que Bolsonaro tem intenção de atacar a política de isolamento horizontal e reforça a hipótese de que sua governabilidade está tutelada pelo núcleo militar palaciano. Resta saber por quanto tempo Bolsonaro pode sustentar-se nesta linha tênue entre ser presidente e não presidir o país.

### Opinião pública rejeita Bolsonaro e apoia Mandetta

Em 3 de abril, o Instituto Datafolha começou a divulgar uma série de dados sobre o último levantamento de opinião pública realizado sobre a condução da crise do coronavírus, entre os dias 1 e 3 de abril, após o início do período de isolamento social proposto pelo Ministério da Saúde que obteve adesão de boa parte dos governadores de estado. O Instituto já havia feito uma primeira sondagem entre os dias 18 e 20 de março, o que permite ver a evolução da opinião acerca da condução da crise.

A reprovação de Jair Bolsonaro na condução da crise cresceu de 33%, em março, para atuais 39%. Embora sua aprovação tenha se mantido estável, com 33%, ante 35% na rodada anterior, assim como a avaliação regular (de 26% em março, para 25%), essa é a maior taxa de avaliação negativa medida pelo Instituto desde o início de seu governo.

As mulheres têm sido mais críticas do que os homens (43% de avaliação negativa entre as mulheres e 35% entre os homens), assim como os mais jovens, chegando a 45% de desaprovação na faixa etária entre 16 e 24 anos e 47% entre os de 25 a 34 anos. Entre os que possuem maior poder aquisitivo,

de renda média e alta, seu apoio massivo se converteu em uma pesada rejeição (entre cinco a dez salários mínimos a avaliação negativa foi de 28% para 42%, e de 37% para 46% entre os com renda superior a dez salários mínimos).

Entre os que possuem nível superior de escolaridade a desaprovação de Bolsonaro na condução da crise chega a 50%, sendo o segmento que mais o rejeita nesse momento, sobretudo devido a sua postura negacionista e anticientífica.

Por outro lado, sua melhor avaliação fica entre os evangélicos e os residentes nas regiões Norte e Centro-Oeste (41% ambos) e entre os empresários (48%), segmento que não só garantiu sua eleição, como também é o que mais se opõe ao isolamento social proposto, fazendo coro ao discurso de Bolsonaro de que a economia não pode parar.

Já a avaliação do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, teve aprovação crescente de 55% para 76%, entre o final de março e o início de abril, enquanto sua reprovação caiu de 12% para 5%, e 18% avaliam sua atuação como regular, frente a 31% no início da quarentena. A aprovação do ministro é, portanto, mais que o dobro da de Bolsonaro

Mandetta mantém média de avaliação positiva acima de 70% entre os diversos segmentos, se sobressai entre os idosos (83% entre os com 60 anos ou mais), os com escolaridade superior (83%) e ainda os com renda acima de dez salários mínimos (84%).

Governadores e prefeitos também foram avaliados na condução da crise, e a avaliação positiva dessa instância também superou a de Jair Bolsonaro, com 58%, 13% de avaliação regular e 16% negativa. Governadores e prefeitos da região Nordeste foram os melhores avaliados, com avaliação positiva de 64% de seu eleitorado e os da região Norte e Centro-Oeste, por 61%.

O Ministério da Economia foi avaliado positivamente, responsável por um trabalho bom ou ótimo na condução da crise causada pelo coronavírus, por 37% dos entrevistados, 38% avaliam o trabalho do Ministério como regular e 20% ruim ou péssimo.

O governador de São Paulo, João Doria, chegou a pedir publicamente para que a população não seguisse as recomendações de Jair Bolsonaro na

condução da pandemia do coronavírus, e a adesão a seu pedido também foi medida na pesquisa do Datafolha, com concordância de mais da metade (57%) da população com João Doria e discordância de 33%, ao passo que 11% não souberam responder. A maior concordância com a postura do governador de São Paulo vem do Nordeste (65%), dos jovens de 16 a 24 anos (66%) e dos com maior poder aquisitivo e escolarização (64%).

Para cerca de metade dos entrevistados pelo Datafolha (51%) Bolsonaro mais atrapalha do que ajuda no combate à pandemia, e 40% pensam o contrário.

Entre as medidas adotadas para a contenção do coronavírus, a maior parcela da população (60%) é a favor do isolamento social para todas as pessoas, independentemente de ser ou não grupo de risco, enquanto pouco mais de um terço (37%) acha que o isolamento deve ser restrito apenas ao grupo de risco, como idosos e pessoas com comorbidade, e é novamente entre os empresários que se encontra o maior apoio ao isolamento seletivo (49%).

A maioria (65%) apoia a permanência do fechamento do comércio de bens não essenciais (principalmente os mais jovens e os mais instruídos, 74% e 72%, respectivamente), enquanto 33% querem a abertura do comércio (empresários, 45%), e as aulas devem permanecer suspensas segundo 87% da população.

Para 76% da população brasileira, no momento é mais importante que as pessoas fiquem em casa para evitar a propagação do coronavírus, mesmo que isso prejudique a economia e cause desemprego, enquanto 18% preferem acabar com o isolamento para estimular a economia e impedir o desemprego, ainda que a disseminação do vírus se propague.

O isolamento social é considerado a medida mais importante para conter o avanço do coronavírus por todos os segmentos e, vai continuar, em média, por 29 dias, sendo que 17% consideram que

vã durar mais de um mês. Cerca de um quarto da população (23%) defendem que isolamento social permaneça por 30 dias ou mais e a média apontada é de 32 dias.

Apesar de apenas um terço (33%) dos entrevistados aprovarem a maneira como Bolsonaro vem lidando com a crise, uma eventual renúncia hoje é rejeitada pela maior parcela da população (59%) e 52% consideram que ele ainda tem condições de liderar o Brasil neste momento, mas 44% já avaliam que Bolsonaro não tem mais condições de ser o líder do país. O desejo de renúncia é maior entre aqueles que reprovam o desempenho do presidente em relação ao surto de coronavírus (72%).

Se a aprovação de Bolsonaro continuar caindo perante as constantes oposições ao Ministério da Saúde na condução da crise, abastecendo a discórdia e reforçando a ideia de genocídio do próprio povo, é provável que cresça a taxa dos que defendem sua renúncia, o que pode tornar difícil e indefensável sua permanência. Já há quem diga que Bolsonaro não governa mais.

Bolsonaro segue na contramão da história, estimulando o ódio e uma postura irresponsável ao propor políticas públicas inadequadas e incentivar o pensamento anticientífico. Desorienta a população ao invés de proteger o povo, colocando o interesse do empresariado em primeiro lugar.

Não se trata de salvar vidas ou a economia. As preocupações do governo devem ser em torno de minimizar os problemas e pensar estratégias para otimizar suas ações em ambas as esferas, agilizando o recebimento do auxílio emergencial aos trabalhadores informais e desempregados, além de disponibilizar crédito para micros e pequenas empresas manterem os salários de seus funcionários durante esse período. Sem perder de vista a criação de um plano para conter a disseminação do vírus e ampliar o número de testes e tratamento pelo SUS para todos.

# TERRITORIAL



*O coronavírus infelizmente se alastra rapidamente para diversas cidades brasileiras. E muitas delas possuem vulnerabilidades que facilitam sua maior propagação. O presente estudo busca mensurar tais fragilidades, ranqueando todos os municípios brasileiros, com o objetivo de alertar a população e os gestores públicos responsáveis por implantar políticas de contenção à disseminação destes vírus em suas cidades. Além das grandes cidades brasileiras, que já contam com casos de contaminação, muitas médias e pequenas do interior do Brasil, especialmente das regiões Norte e Nordeste e de estados como o Rio Grande do Sul, têm maior chance de ver a epidemia se alastrar por seu território.*

## Vulnerabilidade das cidades brasileiras ao coronavírus

O coronavírus se alastra rapidamente pelo mundo. Estudos e estatísticas apontam que, na prática, milhões de pessoas já foram infectadas. No Brasil, no momento deste estudo, cerca de 10% das cidades brasileiras apresentaram oficialmente casos de contaminação pela Covid-19. É também sabido que quanto antes as localidades se preparam para a possível chegada do vírus, melhor é o seu desempenho no combate a ele e menores são os números de óbitos decorrentes.

É importante salientar que este estudo não foca em indicar um possível caos na estrutura de atendimento de saúde das cidades ou fazer projeções do número de casos de contaminados. Para este fim já existem diversos outros estudos e projeções.

### Índice de Vulnerabilidade

O Índice de Vulnerabilidade Municipal ao alastramento do coronavírus (IVC) procura identificar o quão vulnerável cada município brasileiro está a um maior alastramento do surto. Para tal foram

utilizadas dezoito distintas informações oficiais, o mais atualizadas possível, para os 5570 municípios brasileiros. Estas informações foram agregadas em cinco dimensões de vulnerabilidades: densidade demográfica, faixa etária, infraestrutura sanitária, saúde e mercado de trabalho.

Fazendo uso da mesma metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Organização das Nações Unidas (ONU), onde os resultados mais próximos do valor 1 indicam as melhores condições e os mais próximos de 0 as piores, foram criados subíndices para cada dimensão que, por fim, geraram o índice síntese final, o IVC. Toda esta composição está mais detalhada na seção metodologia, ao final deste texto, assim como o link para download da planilha completa, incluindo os mapas.

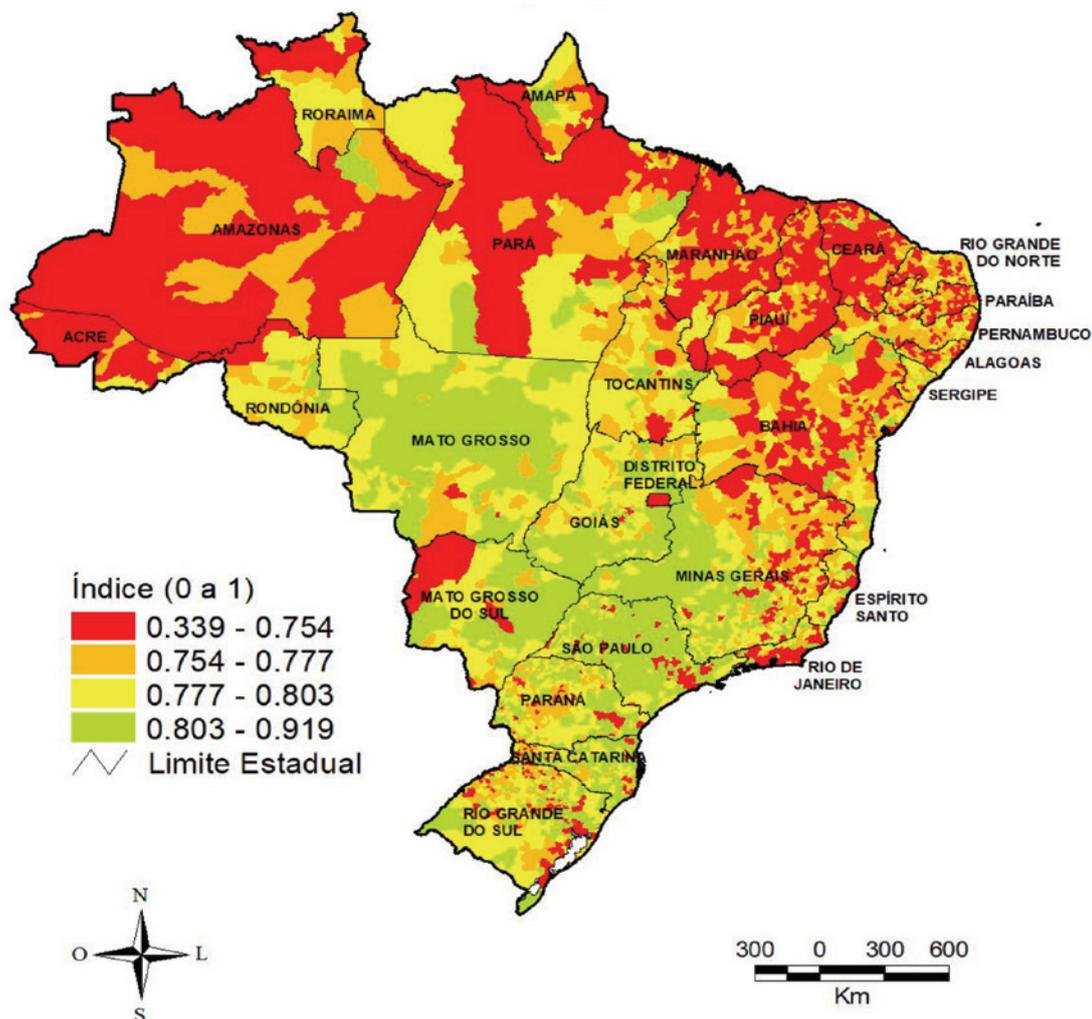
### Espacialização dos resultados

Os municípios destacados no Mapa 1 com a cor vermelha são os com maiores riscos de alastramento

do contágio pelo coronavírus no país. Além dos grandes centros urbanos, que contemplam menos de 10% das cidades brasileiras, muitos municípios do interior das regiões Norte e Nordeste, dos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e norte de Minas Gerais se destacam negativamente por também apresentarem maiores riscos. No Nordeste, 46,4% dos municípios estão nesta faixa verme-

lha de maior risco, ao passo que para a região Norte este número é de 33,6%. Nas demais regiões do país esta proporção é bem inferior, cerca de 13,7% no Sudeste, 11,8% no Sul e 3% no Centro-Oeste. No entanto, ainda existem outros 1.410 municípios, de perfil geográfico similar aos mais críticos, destacados na cor laranja, que também merecem grande atenção.

### Índice de vulnerabilidade ao alastramento do coronavírus (IVC)

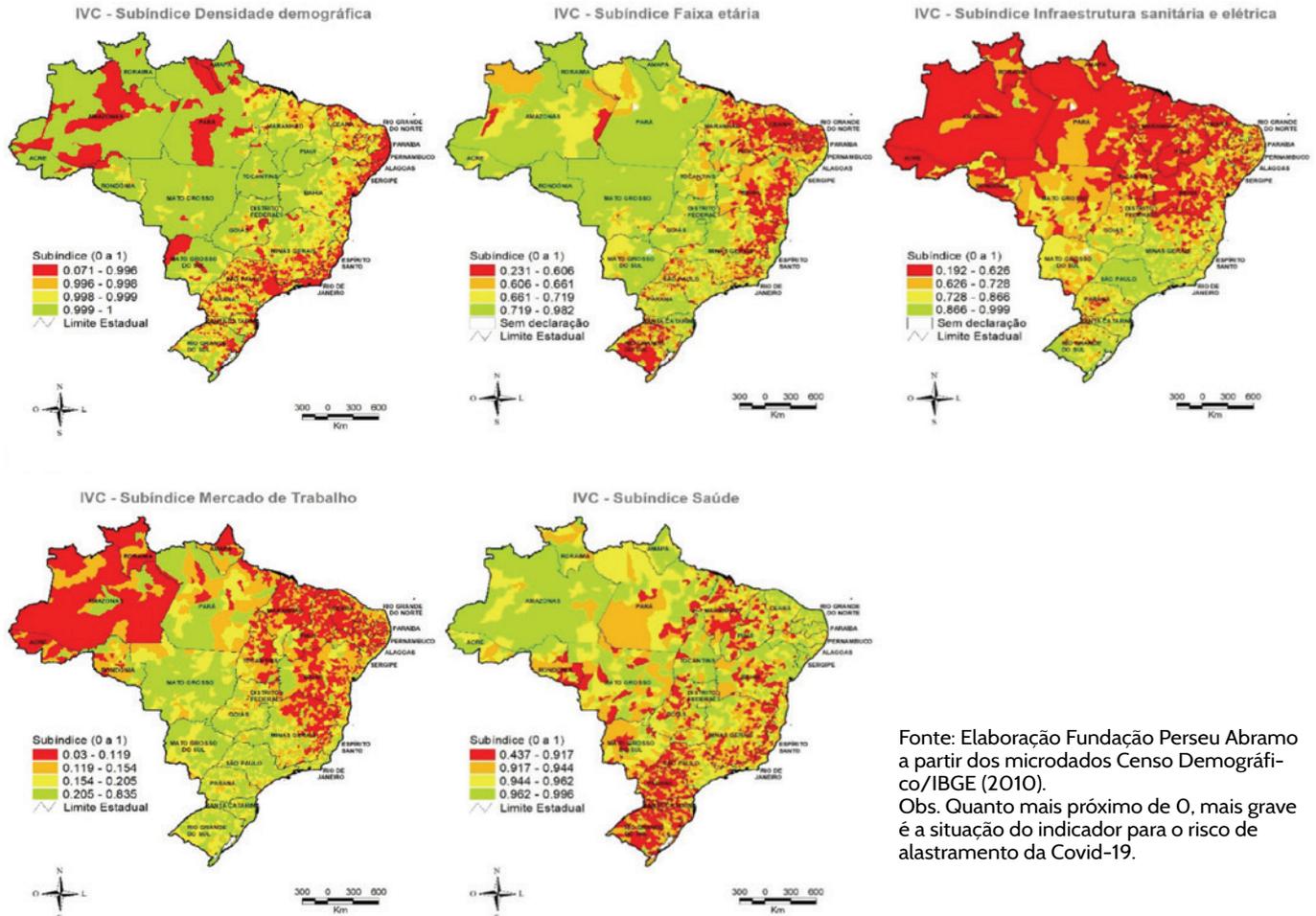


Fonte: Elaboração Fundação Perseu Abramo a partir dos microdados do Datasus (2015-2019), RAIS (2018), Estimativa populacional IBGE (2015-2019) e Censo Demográfico/IBGE (2010).  
Obs. Quanto mais próximo de 0, mais grave é a situação do indicador para o risco de alastramento do Covid-19.

A sequência de mapas a seguir permite perceber quais fatores influenciam para a maior criticidade

de alguns municípios e regiões.

**Mapas dos subíndices de composição do IVC**



Fonte: Elaboração Fundação Perseu Abramo a partir dos microdados Censo Demográfico/IBGE (2010).  
Obs. Quanto mais próximo de 0, mais grave é a situação do indicador para o risco de alastramento da Covid-19.

O aspecto da densidade demográfica, que também contabiliza a proporção de moradores residentes em favelas, demonstra maior concentração na região Sudeste, em praticamente todo o litoral brasileiro e em algumas poucas cidades da região Norte do país.

Já o mapa que foca na população em faixa etária mais vulnerável à Covid-19 demonstra maior concentração desta população em regiões sublitorâneas e que adentram o interior do país, sobretudo nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

O mapa do subíndice de infraestrutura sanitária e elétrica mostra o grande risco que esta precariedade oferece, principalmente às regiões Norte e Nordeste, mas também à região Centro-Oeste e interior da região Sul.

O subíndice de saúde apresenta o maior risco que este fator sofre principalmente às cidades das regiões Sul e Sudeste do país, mas também a algumas

do interior das regiões Centro-Oeste e Nordeste.

O subíndice mercado de trabalho também acentua o risco que o trabalho informal e autônomo oferece às pessoas residentes predominantemente nos municípios das regiões Norte, Nordeste e em Minas Gerais.

**As cidades mais vulneráveis**

Pode-se observar no quadro 1 que o município de São João do Meriti, no Rio de Janeiro, com IVC de 0,437, é a cidade mais vulnerável ao alastramento do coronavírus do país. Apesar de possuir subíndice de saúde da população e de infraestrutura sanitária acima da média brasileira, seus indicadores de alta densidade demográfica e de precárias condições no mercado de trabalho local a colocaram nesta situação de maior risco.

**Quadro 1 – As 30 cidades com maior risco de alastramento de coronavírus (IVC)**

Ranking	Nome do município	UF	População 2019	Subíndice Densidade Demográfica	Subíndice Faixa etária	Subíndice Infraestrutura sanitária	Subíndice Saúde	Subíndice Mercado de trabalho	ÍNDICE DE VULNERABILIDADE AO COVID-19V (IVC)
1	São João de Meriti	RJ	472.406	0,0881	0,7087	0,9735	0,9680	0,1497	0,4377
2	Taboão da Serra	SP	289.664	0,0709	0,8032	0,9637	0,9482	0,2605	0,4555
3	Carapicuíba	SP	400.927	0,1390	0,8002	0,9554	0,9423	0,1687	0,4691
4	Nilópolis	RJ	162.485	0,2153	0,6328	0,9881	0,9732	0,1425	0,4832
5	Diadema	SP	423.884	0,1585	0,8233	0,9832	0,9378	0,2982	0,5026
6	Olinda	PE	392.482	0,3125	0,6390	0,8675	0,9356	0,1787	0,5083
7	Osasco	SP	698.418	0,1946	0,7637	0,9542	0,9535	0,3140	0,5099
8	Barreirinha	AM	32.041	0,5139	0,6085	0,4090	0,9665	0,0962	0,5174
9	Belford Roxo	RJ	510.906	0,3186	0,7627	0,8971	0,9646	0,1362	0,5309
10	Cametá	PA	137.890	0,5260	0,5839	0,4486	0,9518	0,1564	0,5313
11	São Caetano do Sul	SP	161.127	0,2536	0,5209	0,9986	0,9481	0,5251	0,5362
12	Granja	CE	54.748	0,5119	0,6238	0,5320	0,9763	0,0909	0,5370
13	Guajará	AM	16.678	0,5405	0,7843	0,3163	0,9685	0,0715	0,5375
14	Fortaleza	CE	2.669.342	0,3024	0,6928	0,9139	0,9524	0,3125	0,5398
15	São Gonçalo	RJ	1.084.839	0,3525	0,7052	0,9137	0,9487	0,1608	0,5409
16	Senador Pompeu	CE	25.496	0,5131	0,5240	0,6695	0,9589	0,1134	0,5436
17	Itambacuri	MG	23.211	0,5133	0,5268	0,7219	0,9042	0,1189	0,5445
18	Envira	AM	20.033	0,5228	0,7338	0,4711	0,9649	0,0795	0,5454
19	Ipixuna	AM	29.689	0,5667	0,7520	0,3136	0,9691	0,0865	0,5459
20	Jandira	SP	124.937	0,2592	0,8485	0,9708	0,9647	0,2622	0,5462
21	Mesquita	RJ	176.103	0,3523	0,6929	0,9659	0,9751	0,1480	0,5484
22	Afuá	PA	39.218	0,5807	0,7672	0,2372	0,9693	0,1408	0,5510
23	Tonantins	AM	18.755	0,5852	0,6817	0,3418	0,9960	0,0827	0,5511
24	Ferraz de Vasconcelos	SP	194.276	0,3124	0,8349	0,9533	0,9477	0,1894	0,5518
25	Januária	MG	67.742	0,5016	0,6068	0,6965	0,9707	0,1222	0,5573
26	Resplendor	MG	17.397	0,5100	0,5877	0,8194	0,8534	0,1203	0,5587
27	Bayeux	PB	96.880	0,4253	0,6981	0,8465	0,9494	0,1412	0,5587
28	Tabatinga	AM	65.844	0,5232	0,6944	0,5565	0,9746	0,1206	0,5594
29	Quixadá	CE	87.728	0,5022	0,5869	0,7320	0,9569	0,1338	0,5595
30	Cruzeiro do Sul	AC	88.376	0,5249	0,7469	0,5110	0,9587	0,1310	0,5603

Fonte: Elaboração Fundação Perseu Abramo a partir dos microdados do Datasus (2015-2019), RAIS (2018), Estimativa populacional IBGE (2015-2019) e Censo Demográfico/IBGE (2010). Obs. Quanto mais próximo de 0, mais grave é a situação do indicador para o risco de alastramento da Covid-19.

Cidades de alto adensamento populacional como Taboão da Serra (SP), Carapicuíba (SP), Nilópolis (RJ), Diadema (SP) e Osasco (SP), de piores índices de exclusão social, como Ipixuna (AM), de melhores, como São Caetano do Sul (SP), ou ainda, por exemplo, a capital cearense, Fortaleza, devido à diferentes características de fragilidade captadas pelo IVC, também constam da lista das cidades mais vulneráveis do país ao alastramento do coronavírus. Destas trinta cidades constantes do Quadro 1, sete são do Estado de São Paulo, cinco do Rio de Janeiro e do Amazonas, quatro do Ceará, três de Minas Gerais, dois do Pará e um do Acre, Paraíba e Pernambuco.

No outro extremo do índice, a pequena cidade de Gavião Peixoto, em São Paulo, apresenta o melhor IVC do país, se destacando positivamente, neste aspecto do risco ao coronavírus, em todos os índices.

Outras cidades mais conhecidas como Rio Quente (GO), Fernando de Noronha (PE), Holambra (SP), Jaguariúna (SP) e Confins (MG) possuem melhores condições para evitar o alastramento do Covid-19, caso os procedimentos recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) sejam seguidos.

Independentemente da posição no ranking do índice síntese IVC, e respeitando o conhecimento local acumulado em cada cidade, a análise destes indicadores (subíndices) em separado também permite a estas identificar suas fragilidades e efetuar uma estratégia de ação adequada e específica de combate à propagação do coronavírus. Vale também prestar atenção ao fato de que mesmo que uma cidade possua um bom IVC, a não adoção de medidas protetivas ao vírus, ou ainda de forma tardia, aumenta naturalmente a probabilidade de que a Covid-19 se espalhe.

### Metodologia

O IVC buscou abranger, de acordo com informações municipais oficiais disponíveis, diferentes aspectos que demonstrassem a vulnerabilidade da população de um município ao alastramento do vírus Covid-19. Para cada informação foram utilizados os dados mais recentes disponíveis, que variaram temporalmente de 2019 para dados de saúde a 2010 para dados originários do último Censo Demográfico do IBGE. Em virtude da defasagem temporal desta última fonte, optou-se por extrair-se dela apenas dados estruturais, que se modificam lentamente ao longo dos anos, como infraestrutura sanitária e estrutura etária/familiar da população, ou ainda levantamentos raros de abrangência nacional, como as moradias em favelas, captadas por esta fonte no perfil de uma informação proxy dos setores de aglomerados subnormais.

Isto posto, e em complemento à listagem de variáveis constantes do Quadro 2, cabe ressaltar sucintamente algumas informações sobre cada dimensão:

Para este estudo, a dimensão “Densidade demográfica” foi considerada como a maior propiciadora de um eventual alastramento da Covid-19. Em consequência ela recebeu um peso (3) no cálculo final do índice maior do que as demais dimensões (peso 1). Nela, buscou-se também mensurar a proporção da população municipal residente em favelas, com o entendimento de que o seu maior adensamento populacional e condições precárias de infraestrutura sanitária, habitacional e de inserção no mercado de trabalho, uma vez contando com poucos casos de pessoas contaminadas por este vírus, já oferecem terreno fértil para o alastramento desta doença.

Devido ao fato de que quanto mais idosa a pessoa é, maior é incidência de contágio manifestado,

além da maior taxa de mortalidade, a dimensão faixa etária dividiu este público em dois grupos, os de 60 a 79 anos e os com 80 anos ou mais. Este último grupo é muito numeroso em muitos municípios das regiões Sul e Sudeste e em pequenas cidades do país. Além disso, foram mensurados os idosos que residem na mesma moradia que crianças e adolescentes em idade escolar.

A partir da ciência de que a falta de higiene é um dos principais disseminadores da doença, e de que uma precária infraestrutura sanitária dificulta esta primeira ação, a dimensão homônima buscou contabilizar esta precariedade.

O aspecto da saúde da população de uma cidade também demonstra o maior risco de alastramento e letalidade deste vírus. Desta forma mensurou-se o número de internações de saúde para doenças pré-existent agravantes da Covid-19 nos últimos cinco anos (2015 a 2019) para cada cidade. Devido à baixa incidência de casos de tuberculose, especialmente em municípios pequenos, optou-se por contabilizar, para este aspecto, o número efetivo de casos contabilizados, este mais numeroso.

A natural demanda de sustento econômico é o fator que mais dificulta o cumprimento de medidas restritivas, como a quarentena, por exemplo, para pessoas de baixa renda ou que desempenham atividades informais ou por conta própria. Como não há informação municipal recente sobre a informalidade para todos os municípios brasileiros, optou-se aqui, por mensurar os municípios com menor proporção de trabalhadores formais frente à sua população, e sua respectiva renda, no mercado de trabalho de cada uma das cidades, com base nos registros da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2018 da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia.

**Quadro 2 – Composição do Índice de Vulnerabilidade Municipal ao Alastramento do coronavírus (IVC)**

Dimensões	Nº do indicador	Indicador	Ano	Fonte	Peso do indicador	Peso da dimensão
Densidade demográfica	1	Densidade demográfica	2018	Estimativa populacional/IBGE	1	3
	2	População residente em favelas	2010	Censo Demográfico/IBGE	1	
Faixa etária	3	População de 60 a 79 anos	2010	Censo Demográfico/IBGE	1	1
	4	População com 80 anos ou mais	2010	Censo Demográfico/IBGE	1	
	5	Famílias com crianças e adolescentes em idade escolar e idosos no mesmo domicílio	2010	Censo Demográfico/IBGE	1	
Infraestrutura sanitária e elétrica	6	Acesso à água canalizada	2010	Censo Demográfico/IBGE	1	1
	7	Acesso à coleta de esgoto	2010	Censo Demográfico/IBGE	1	
	8	Acesso à coleta de lixo	2010	Censo Demográfico/IBGE	1	
	9	Acesso à energia elétrica	2010	Censo Demográfico/IBGE	1	
Saúde	10	Casos de tuberculose	2015 a 2019	Datasus/MS	1	1
	11	Internações por pneumonia	2015 a 2019	Datasus/MS	1	
	12	Internações por outras doenças respiratórias	2015 a 2019	Datasus/MS	1	
	13	Internações por hipertensão	2015 a 2019	Datasus/MS	1	
	14	Internações por diabetes	2015 a 2019	Datasus/MS	1	
	15	Internações por problemas cardiovasculares	2015 a 2019	Datasus/MS	1	
	16	Internações por problemas renais	2015 a 2019	Datasus/MS	1	
Mercado de trabalho	17	Empregos formais	2018	RAIS/MTE	1	1
	18	Renda média do trabalhador	2018	RAIS/MTE	1	

Fonte: Elaboração Fundação Perseu Abramo.

A padronização dos dezoito indicadores dessas cinco dimensões em índices foi elaborada por meio da técnica desenvolvida por Amartya Sen e aplicada no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que transforma os indicadores em variáveis contínuas com variação entre zero e um. Assim, optou-se em aplicar para todas as variáveis investigadas a seguinte fórmula:  $X_{i,p} = ((X_i - \text{MIN}(X_i)) / (\text{MAX}(X_i) - \text{MIN}(X_i)))$

### Onde

X: é valor do indicador utilizado no cálculo

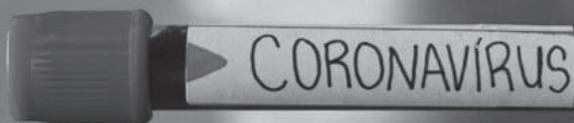
i: identifica a unidade de análise (municípios)

p: identifica qual indicador está em estudo

MIN(X): valor mínimo encontrado na distribuição do indicador

MAX(X): valor máximo encontrado na distribuição do indicador

O download da planilha com o ranking municipal do IVC, seus subíndices e mapas pode ser realizado no seguinte link: <https://bit.ly/34kcedC>



*A despeito do governo federal, municípios e estados buscam cumprir seu papel e têm assumido a dianteira no combate ao coronavírus. E muitas cidades brasileiras estão gerando experiências de referência nesta luta.*

## As prefeituras e o coronavírus

Seguindo orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), em colaboração com os governos estaduais e atentos às suas realidades locais, as prefeituras têm elaborado e implementado ações para achatar a curva de contágio por coronavírus, promovendo o isolamento social; ampliar as condições de atendimento no sistema de saúde; garantir a segurança alimentar da população, em especial, dos setores mais vulneráveis; e criar mecanismos de fazer frente à crise econômica, principalmente para micro e pequenas empresas. As prefeituras, ente mais próximo da população e onde as demandas populares chegam primeiro, têm agido em quatro frentes:

- Ações e regulamentações para favorecer o isolamento das pessoas, evitar aglomerações e, desta forma, evitar a propagação mais rápida do vírus com provável colapso das estruturas da saúde. Foram regulamentações como a proibição de abertura do comércio não essencial, regulamento de horários de funcionamento dos bancos e atendimento diferenciado para idosos e idosas, fechamento das escolas e reorganização do calendário letivo.
- Construção de estruturas de saúde para darem conta dos casos que vierem a surgir nas cidades. Um dos principais desafios no combate à Covid-19 é justamente a preparação do sistema de saúde para atender à demanda, que aumenta exponencialmente quando o contágio atinge seu pico, conforme mostra a experiência de diferentes países pelo mundo. Esse pico leva à superlotação dos hospitais,

esgotamento dos leitos, e o conseqüente estrangulamento dos sistemas de saúde, geralmente, despreparados para atender demanda tão aguda.

Várias prefeituras ampliaram e equiparam estruturas de saúde existentes, como o caso de São Leopoldo (RS) que tomou a iniciativa de adaptar o único hospital público da cidade – o Hospital Centenário – para o tratamento de doentes de Covid-19. Ele foi um dos quarenta selecionados pelo Sírio-Libanês, de São Paulo, para Projeto Lean nas Emergências, que tem como objetivo reduzir a superlotação dos serviços de urgência e emergência de hospitais públicos e filantrópicos.

A prefeitura de Franco da Rocha ergueu, em dez dias, um centro de atendimento para pacientes com coronavírus. O espaço foi inaugurado em 7 de abril, vai funcionar 24 horas por dia e conta com cerca de setenta profissionais de saúde.

- Ações de garantia de segurança alimentar com foco na população mais vulnerável, com compras de alimentos da agricultura familiar, distribuição de cestas básicas – às vezes com os alimentos da merenda escolar, como em Serra Talhada (PE) ou com os produtos da agricultura familiar, criação ou ampliação de programas de transferência de renda e apoio às pessoas que dependem do trabalho informal, como Maricá (RJ), que ampliou os recursos destinados ao seu próprio programa de transferência de renda e criou novo sistema de transferência de renda.

- Ações de apoio às empresas com destaque para pequenas e médias. Muitas prefeituras buscaram mecanismos de apoio às empresas da cidade, dentro dos limites da capacidade financeira e jurídica. Foram ações desde ampliação do prazo para pa-

gamento de impostos municipais como o ISS e o IPTU, a empréstimos, como a prefeitura de Maricá (RJ) que disponibilizou vinte milhões de reais para empréstimos de até cinquenta mil reais para empresas do município.



*Como solução para a crise, governo e Congresso Nacional tomaram diversas decisões que afetam as relações jurídicas no Brasil. No entanto, como há algum tempo, o Judiciário prova ter sido criado para proteger o sistema econômico, e não as pessoas.*

## O papel do Judiciário em tempos de crise

A crise causada pela pandemia da Covid-19 mudará a história da civilização. Qualquer grande impacto na sociedade gera uma necessidade de reação automática do Poder Judiciário. Foram inúmeras as iniciativas apresentadas que afetam sobremaneira as relações jurídicas, e o posicionamento dos juízes das diferentes instâncias e tribunais é fundamental para garantir algum cenário de estabilidade.

De pronto, abriu-se um enorme debate a respeito das relações de trabalho no Brasil. Nesse aspecto, há de se separarem as problemáticas envolvendo os trabalhadores informais dos trabalhadores que ainda resistem na formalidade. As iniciativas dos governos Temer e Bolsonaro foram no sentido de ampliar a informalidade, na medida em que desregulamentaram o mercado de trabalho, dando à informalidade praticamente uma estabilidade jurídica inaceitável num sistema democrático.

Os trabalhadores informais, em 2019, atingiram 41% da ocupação no Brasil, o que significa 38,4 milhões de pessoas. Esse enorme contingente populacional foi lançado a uma gravíssima situação de vulnerabilidade social, maior do que em tempos de “normalidade”. Isso porque as medidas restritivas, necessárias para a sobrevivência, afetam imediatamente a renda dessa enorme fatia da população. O governo, ao invés de apresentar soluções imediatas para essa crise que, em parte, foi criada por ele próprio (apenas em 2019, mais de um milhão de pessoas viraram informais), ataca as medidas res-

tritivas, ameaçando ainda mais a sobrevivência.

Se a dignidade da pessoa humana se encontra no primeiro escalão dos direitos tutelados pelo ordenamento brasileiro, esse elemento já é, por si, de uma gravidade jurídica sem precedentes. Rebocado por forças além-planalto, o governo praticamente foi obrigado a adotar medidas imediatas de transferência de renda. Essas medidas ainda não apresentaram resultados porque ainda são muito recentes. Mais do que isso, essa situação precisa orientar um reposicionamento urgente da sociedade brasileira. Não é possível que se assuma como aceitável o aumento exponencial da vulnerabilidade social através da adoção de medidas que estimularam o trabalho informal. A crise da Covid-19 ameaçou, e ainda ameaça, lançar um contingente populacional enorme à miséria. Tratar de segurança jurídica é, em primeira medida, tratar da proteção dos direitos essenciais, entre eles o da dignidade da pessoa humana.

Em outra trincheira estão os trabalhadores formais. Imediatamente após o início da paralisação da atividade de diversas empresas, a discussão que se iniciou foi no sentido de possibilitar a suspensão do pagamento dos salários. Mais uma criminosa discussão. São inúmeros os projetos de lei que correm no Congresso Nacional no sentido de abrir o precedente. Recentemente foi editada a Medida Provisória 936, que abre a possibilidade de um acordo individual entre empresa e trabalhador para definir a redução de salário. Provocado, o ministro

Ricardo Lewandowski decidiu que o sindicato pode discordar do acordo e assim ele não teria validade. Impressionante como os valores jurídicos se invertem tanto na lógica da proteção social quanto na própria lógica do ordenamento jurídico. É direito social consagrado a irredutibilidade de salários. No entanto, o ministro achou por bem não discutir a questão e apenas abandonar o sindicalismo na luta contra o poder econômico que considera razoável reduzir salários dos trabalhadores que não possuem outra alternativa de subsistência em tempos de isolamento social.

Há uma profunda inversão dos valores prioritariamente protegidos nesse contexto. Fica mais do que explícita a visão dos poderes instituídos que, em tempos de profunda crise sistêmica, correm para proteger os interesses econômicos em detrimento da força de trabalho que garante a existência da sociedade. A proteção da propriedade e subsistência dos meios de produção ganha absoluta prevalência com relação à proteção da vida. Mas, verdade que se diga, o Judiciário não faz isso sozinho. Todo poder instituído apresentou alguma alternativa de ponta cabeça. Talvez esse texto pudesse ser resumido com a simples constatação de que segurança jurídica serve para proteger o capitalismo, a propriedade e o mercado.

Outra questão relevante diz respeito à contradição inventada entre equilíbrio fiscal e investimento social. Também ao longo dos últimos anos, foram inúmeras iniciativas dos governos Temer e Bolsonaro no sentido de implementarem medidas que praticamente inviabilizam a despesa pública. Agora, todas as medidas precisaram ser flexibilizadas. É impressionante como os partidos do campo progressista e os movimentos sociais, ao longo desse período, denunciaram sistematicamente o perigo dessas medidas e agora elas são todas flexibilizadas sem que ninguém se lembre de que a população foi exaustivamente alertada de mais essa inversão de papéis. Decretaram calamidade pública com a finalidade de afastar a incidência da aclamada lei de responsabilidade fiscal. Se responsabilidade fiscal fosse tão importante assim, ela protegeria a calamidade pública, e não precisaria ser afastada.

Tempos de crise tão profunda servem para que se

perceba a quem atende o sistema institucional as leis e o Poder Judiciário. No caso da responsabilidade fiscal, o ministro Dias Toffoli correu para dar liminar no sentido de proteger o governo nas medidas que servem para distribuir dinheiro ao SUS e renda ao povo. Em resumo, regulamentou a possibilidade de o governo descumprir uma lei para proteger as pessoas. Se é necessário afastar uma lei para que seja possível a proteção das pessoas, para que essa lei realmente serve?

Ainda, há uma enorme discussão a respeito do direcionamento do fundo eleitoral e do fundo partidário para o combate à pandemia. Em resumo, defende-se que “todo mundo precisa fazer sua parte na crise”. Isso representaria três bilhões de reais. Apenas em 2019, o SUS perdeu vinte bilhões do seu orçamento em virtude do aclamado teto de gastos. O próprio governo declarou que o combate à pandemia custará mais de 220 bilhões aos cofres públicos. Ou seja, os três bilhões dos fundos de financiamento dos partidos representam muito pouco perto do volume necessário. Mas a gritaria envolvendo isso não é, de nenhuma forma, proporcional ao tamanho daquilo que seria a solução. Indo além, outra inversão de valores. Isso porque esses fundos servem para financiar as iniciativas partidárias e, em muita medida, protegem a própria democracia das doações empresariais que já causaram tanto mal ao Brasil.

É impressionante como muitas pessoas correram para atacar o fundo imediatamente após o início da crise. A quem serve esse ataque? Suspender o fundo eleitoral significa inviabilizar a realização das eleições de 2020. A quem serve a interrupção do processo democrático? Não por acaso, um juiz do Distrito Federal deu liminar para suspender os fundos. O mesmo juiz que proibiu a posse de Lula como ministro da Casa Civil em 2016. O mesmo juiz que fez postagens em suas redes sociais com “Fora Dilma” e de fotos com o adesivo da campanha de Aécio Neves em 2014. Tudo isso é coincidência?

É verdade que a decisão não deverá ser mantida, de tão estapafúrdia e miserável. Mas nesse caso fica a lição de que, na crise, a proteção das grandes empresas, a questão fiscal e a flexibilização da democracia aparecem incrivelmente antes do que

a proteção à vida, à dignidade humana e à própria democracia.

Evidentemente é impossível esperar que o Judiciário seja a força motriz do reposicionamento das ideias absolutamente fora do lugar que represen-

tam o direito brasileiro. Mas não é possível que se desista de que o mínimo de humanidade, bom senso e respeito à democracia (até aquela que traz resultados com os quais você não concorda) não seja esperado do Poder Judiciário. Começou mal, mais uma vez.

*A crise do coronavírus chama atenção para uma situação já complicada no país: os quase oitocentos mil presos que cumprem pena em presídios, em sua maioria superlotados e em condições de insalubridade. Falta de materiais de higiene, de atendimento médico e privação dos “jumbos” ajudam a construir um cenário de caos que coloca em risco a vida de milhares de brasileiros, dentro e fora dos presídios.*



## A situação do Sistema Prisional

Presídios superlotados, com condições de higiene questionáveis. Como entender a pandemia numa realidade em que presos têm que dividir colchões e se amontoam em celas insalubres, sem luz solar e ventilação suficiente e, na maior parte das vezes, sem acesso a itens básicos de higiene ou mesmo ao fornecimento ininterrupto de água?

No país, há 460,7 mil vagas nas prisões, mas 752,2 mil custodiados, um déficit de 40% de vagas, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Além de condições insalubres de existência, os presídios também padecem de atendimento médico. Segundo dados do departamento, há um profissional para cada mil presos, ao passo que a média para a população é de 1,86. São 7.344 profissionais de saúde atuando diretamente nas 1.412 unidades prisionais brasileiras. Estima-se que 31% das unidades não tenham acesso a atendimento médico. E quando afirma-se que 70% das unidades têm assistência médica significa, muitas vezes, que um médico aparece duas vezes por semana para atendimento. Não é um pequeno hospital, ou uma enfermaria.

Segundo dados do próprio Ministério da Justiça, uma pessoa presa tem seis vezes mais chances de morrer do que alguém fora do cárcere e 34 vezes

mais chance de contrair tuberculose. No país, 10% dos casos de tuberculose ocorrem em pessoa presa – 1.403 casos a cada cem mil presos, enquanto a sociedade, em geral, registra quarenta a cada cem mil pessoas.

A incidência de HIV e Aids nas cadeias é o dobro daquela registrada na população. São 7.742 registros de infectados.

Sobre o contágio da Covid-19, o que pode-se dizer até 8 de abril é que, pelos dados oficiais, no painel de monitoramento no site do Ministério da Justiça, existiam 114 casos suspeitos, zero confirmados e zero mortes pela Covid-19. O Depen, no entanto, não sabe dizer quantos testes foram feitos. Como se sabe, os exames são considerados importantes para pegar também casos assintomáticos.

Entidades da área denunciam a carência de testes em unidades de saúde, fato que, certamente, se reproduz dentro dos presídios, provavelmente até em maior intensidade. Os dados podem estar muito aquém da realidade nacional, num sistema de subnotificação que gera preocupação e medo por parte de presos, familiares e agentes de saúde.

### Recomendações do CNJ

Diante do cenário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu ainda em 17 de março a Recomenda-

ção de número 62. O texto, dirigido aos tribunais e magistrados, recomenda adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

Assinado pelo presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, as propostas nele contidas caminham no sentido de flexibilizar as medidas de restrição de liberdade. Entre outras medidas, o conselho recomendou a magistrados a reavaliação de prisões provisórias de grupos vulneráveis (como mães, pessoas com deficiência e indígenas), ou quando o “estabelecimento estiver superlotado ou sem atendimento médico”. Sugeriu ainda a revisão de prisões preventivas de mais de noventa dias ou que resultem de crimes menos graves. Quanto aos custodiados que já cumprem pena, pede-se que os juízes avaliem, por exemplo, a concessão de saída antecipada. Outra recomendação é mandar para o regime domiciliar quem está no aberto ou no semiaberto ou tiver sintomas da doença.

A iniciativa foi elogiada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com recomendação aos demais países da região para que adotem medida semelhante.

Não há um levantamento consolidado sobre a adesão dos Tribunais de Justiça, mas essas diretrizes já são adotadas em ao menos quinze estados (até primeira semana de abril de 2020). Importante este monitoramento, já que das 1.412 unidades prisionais brasileiras, a imensa maioria delas são estaduais. Cabe ao governo federal orientar, repassar recursos às estaduais, além da gestão propriamente dita de apenas cinco unidades federais que admitem presos, condenados ou provisórios, de alta periculosidade.

### Outras iniciativas na área

A Recomendação 62 do CNJ vem sendo usada como base por órgãos do Judiciário e entidades da sociedade civil especializadas na área criminal e/ou de direitos humanos.

Levantam-se aqui as iniciativas que ganharam mais repercussão no país desde a chegada da pandemia ao Brasil:

16 de março: mesmo antes da Recomendação 62, o Instituto de Defesa do Direito de Defesa - Márcio Thomaz Bastos (IDDD) entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido de liminar que, diante da “situação precária e desumana dos presídios e penitenciárias” que expõe a população carcerária e os servidores ao risco de contágio, requer medidas alternativas ao cárcere.

17 de março: o ministro Marco Aurélio Mello levou ao plenário uma liminar que considera o pedido do IDDD, com base na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, ajuizada pelo Psol, e determina uma série de medidas emergenciais de saúde e humanitárias direcionadas ao sistema prisional.

18 de março: o plenário do STF derrubou a liminar.

27 de março: três ex-ministros da Justiça (José Eduardo Cardozo, Eugênio Aragão e José Carlos Dias), mais 113 organizações da sociedade civil, entre outras figuras públicas, encaminharam uma carta aberta ao STF em que pedem “providências concretas no sentido de determinar o desencarceramento dos grupos mais vulneráveis à pandemia da Covid-19, no que chamaram de “o prenúncio de uma tragédia”.

28 de março: foi protocolada uma nova cautelar pelo Psol, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), defensorias públicas do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro e Associação Direitos Humanos em Rede (Conectas Direitos Humanos).

As movimentações diante do STF seguiram no âmbito da ADPF 347, ajuizada em junho de 2015, e tinham todas o mesmo sentido: demandar da Suprema Corte a imposição de providências ao poder público para solucionar a crise prisional diante da pandemia e que fossem observadas todas as alternativas previstas na legislação para proteger presos incluídos do grupo de risco, além de gestantes, lactantes, mães ou responsáveis por pessoa menor de 12 anos ou com deficiência.

As ações pedem também que a Corte determine que União e estados cumpram a Constituição Federal garantindo nas unidades prisionais do território nacional: abastecimento de água, assistência material integral; entrega de suficientes itens de higiene e limpeza das celas e roupas para presos; fornecimen-

to de equipamentos de proteção individual para os agentes públicos da administração penitenciária e socioeducativa, como máscaras, luvas e produtos de higiene para mãos, manutenção de equipes mínimas de saúde nas unidades prisionais, seguindo padrões de portarias interministeriais.

Governos estaduais e tribunais de justiça ao redor do Brasil tomaram medidas divergentes: enquanto alguns caminham no sentido de desencarceramento, outros apostam em medidas com restrição dos direitos de pessoas presas como a suspensão das visitas por familiares e da saída temporária, como no estado de São Paulo, onde, como resposta às medidas restritivas, presos organizaram rebeliões e fugas.

No Brasil, segundo o Depen, já foram soltas, temporariamente, 32 mil pessoas desde o começo da crise – quase 5% da população total.

Importante também destacar que várias associações e entidade de direitos humanos têm feito um trabalho de arrecadação, compra e distribuição de material de higiene para tentar suprir as necessidades básicas dos presos que não são atendidas pelo Estado. Destaque para o trabalho da Igreja Universal do Reino de Deus, que anunciou a distribuição de quinhentos mil kits de higiene para presidiários de todo o Brasil. Eles estão sendo transportados em 54 caminhões, via campanha da Universal dos Presídios, que arrecadou, em fevereiro, 7,5 milhões de reais para a aquisição dos produtos.

### Governo federal

Na contramão do que recomendam as entidades especializadas no Brasil e no mundo, o governo federal toma medidas e recomenda como linha geral para os estados a restrição de direitos. O debate gira em torno do punitivismo penal, que se opõe ao garantismo – visto como leniência com o crime.

O ministro Sergio Moro parece não estar disposto a se convencer da ideia de que o Estado é o responsável pela integridade física dos seus presos e que os riscos da pandemia são maiores lá dentro. Ajoelha-se às imposições do populismo penal e fecha os olhos para riscos de sua omissão.

Em artigo no *Estadão* no dia 30 de março, Moro e

o diretor-geral do Depen, Fabiano Bordignon, usaram a expressão "solturavirus" para tecer críticas à Recomendação nº 62 do CNJ. Disseram ainda, contrariando a todos especialistas, que há um ambiente de relativa segurança para o sistema prisional em relação ao coronavírus pela própria condição do preso de estar isolado da sociedade. Terminam dizendo que o "fique em casa" defendido como medida universal, para os presos deriva em ficar nas prisões, domicílio dessa população.

Além disso, Moro discursou sobre o risco da soltura usando um caso que nada tinha a ver com ela, de uma pessoa presa com armas e drogas no Rio Grande do Sul que não havia sido libertada. No dia seguinte, desculpou-se pelo erro, mas a determinação no Depen para adensar a narrativa do perigo à sociedade foi distribuída internamente. Importante ressaltar que a recomendação do CNJ é explícita ao vetar benefício a autores de crimes graves ou que representem ameaça à sociedade.

### O governo federal como resposta à crise

- Recomendou salas individuais para os doentes e suspeitos, o que é inexecutável, dada a realidade dos presídios, marcada pela superlotação. Na falta de celas individuais para o isolamento, o ministério sugere também que detentos doentes sejam separados por cortinas ou marcas no chão.

- Reforçou a comunicação de que a medida de flexibilização das penas é maléfica já que, segundo a pasta, "número de presos liberados é elevado e que alguns saíram sem tornozeleira eletrônica (..) e muitos dos beneficiados seriam integrantes de organizações criminosas". Além disso, veiculam nomes como do ex-deputado Eduardo Cunha como um dos beneficiados na tentativa de desacreditar o processo de julgamento dos TJ's.

- Enfatizou, em orientações aos estados, medidas como a restrição de visitas e de saídas temporárias como forma de evitar o contato dos presos com o público externo – suspendendo uma porta de entrada importante para insumos básicos de higiene, alimentação, vestimentas e medicamentos, que nem o Estado consegue oferecer e que são levados pelas famílias nas visitas.

- Pediu a autoridades do país que lhe fossem enviados relatos de crimes graves e violentos cometidos por quem saiu da cadeia na crise.
- Abriu processo de compra de insumos para distribuir nas prisões, como álcool, sabonete, luvas e máscaras de proteção, ao custo de 49 milhões de reais, mas tem tido dificuldades para localizar fornecedores.
- Prometeu vacinação dos presos para gripe a partir de 9 de maio. A imunização não impede a a Covid-19, mas servirá para aliviar a incidência de doenças respiratórias.

Vale dizer que dos Estados Unidos (por estados) ao Irã, passando pela Europa e América Latina, vários países tomaram decisões de flexibilizar as penas. Mais uma vez, o governo federal apresenta medidas que parecem insuficientes e tem como expectativa o agravamento da crise.

### Agravamento do quadro

As medidas de restrição recomendadas pelo Ministério da Justiça trazem consequências imediatas que devem estar no radar: primeiro, a exposição ao risco de vida de milhares de presos; segundo, a potencialização da crise na saúde pública mesmo fora dos presídios, já que os presos terão que ser atendidos em hospitais; e, por último, a possibilidade de uma resposta violenta do crime organizado, como ocorrido no estado de São Paulo.

No final de março, 834 presos fugiram em rebe-

liões no estado. As fugas e rebeliões se deram após decisão do Tribunal de Justiça de SP de suspender saída de presos em regime semi-aberto com a justificativa de impedir alastramento nas unidades penitenciárias. Especialistas chamam atenção para um crescente aumento da tensão entre presos e o crime organizado em meio à pandemia.

Tendo esses fatores em mente, conclui-se que, ao contrário do que quer fazer parecer o governo federal, não se trata de uma “recomendação de concessão de regime domiciliar de forma generalizada para presos” para impor o caos à sociedade.

A tomada de medidas de desencarceramento racional, a partir de critérios pensados de forma fundamentada pelo CNJ é uma forma de proteger toda a população. O avanço da contaminação no sistema carcerário afeta, também, quem está do lado de fora, afinal 83.604 servidores prisionais entram e saem das prisões, todos os dias e podem levar a contaminação para as ruas.

Como medidas para evitar o agravamento da crise, deve-se imediatamente: levantar relatório com condição de lotação, saúde e higiene das unidades; seguir as recomendações do CNJ de maneira coletiva, ou seja, sem perder tempo com avaliações individuais de juízes que trabalham reativamente. Além de, por óbvio, garantir o cumprimento da Constituição de 1988 no que diz respeito às garantias de direitos básicos das quase 800 mil pessoas que cumprem pena no sistema carcerário no Brasil.

*Esta seção analisa a visão da imprensa estrangeira sobre o Brasil após o início da crise provocada pelo coronavírus e o impacto da pandemia na imprensa tradicional brasileira e nas redes sociais online, que indica um desgaste cada vez maior da imagem de Jair Bolsonaro.*

## Coronavírus e o Brasil na imprensa estrangeira

É provável que a imprensa do resto do mundo esteja se perguntando: o que será do Brasil com Jair Bolsonaro? Textos críticos ao presidente brasileiro foram publicados ao redor do planeta. A manchete mais simbólica e impactante foi a utilizada pela revista *The Economist* no dia 26 de março: “Bolsonero”. A revista de viés liberal considera que Jair Bolsonaro possa ser um vetor do vírus no Brasil. A perspectiva é semelhante à de muitos outros veículos estrangeiros.

O noticiário sobre o Brasil mudou bruscamente durante o mês de março. No início do mês, as notícias que apareciam nos jornais estrangeiros tratavam de mortes causadas por deslizamentos de terra e do avanço do desmatamento e outras questões ambientais do país. O avanço da epidemia na Europa e a resposta do presidente brasileiro chamaram a atenção dos correspondentes estrangeiros e das agências de notícia. Em 13 de março, os olhos do mundo se voltaram para Jair Bolsonaro em função de seu encontro com Donald Trump, mas não pela reunião em si e, sim, porque integrantes da delegação brasileira foram contaminados pelo coronavírus.

As primeiras notícias eram de que o presidente brasileiro tinha testado positivo. A informação partiu do filho dele, o deputado Eduardo Bolsonaro, que depois mudou a própria versão. Ele conversou com emissoras de TV, jornais e agências de notícias estadunidenses. É evidente que uma informação

dada à Associated Press ou à Reuters viaja o mundo em questão de minutos. A notícia foi publicada em sites na Espanha, Itália, Qatar, China, Argentina, Estados Unidos e outros.

Apesar do “susto” ter sido controlado rapidamente, Jair Bolsonaro se manteve no noticiário internacional conectado ao coronavírus. Veículos do mundo todo ficaram assustados com a postura do presidente, que ajudou a convocar protestos pelas ruas do país, contrariando as orientações do Ministério da Saúde. Pior, jornais e emissoras de televisão exibiram imagens de Bolsonaro entrando em contato com manifestantes mesmo estando em período de quarentena por suspeita de ser um possível transmissor do coronavírus. Novamente, as agências de notícias foram os motores da propagação das imagens.

Em 19 de março, o jornal espanhol *El Mundo*, que tem sede em Madri, publicou reportagem dizendo que os brasileiros estavam atônitos com o comportamento de Jair Bolsonaro. O francês *Le Monde* chamou atenção para os painéis feitos em todo o país contra o presidente. Nesse mesmo dia, o grupo de comunicação do Qatar, Al Jazeera, publicava uma reportagem sobre líderes mundiais que desafiavam as orientações da OMS e de especialistas em saúde que apontam o isolamento como a medida mais eficaz contra o avanço da epidemia. É evidente que Jair Bolsonaro foi mencionado no

texto como um político populista que tem comportamento imprevisível. Foi também no dia 19 que ocorreu a repercussão das publicações feitas por Eduardo Bolsonaro em que ele acusava a China de disseminar o vírus pelo mundo.

Três dias depois, o *New York Times* publicou reportagem sobre o sistema público de saúde do Brasil. O jornal estadunidense é um entre tantos que falam sobre como o sistema público brasileiro tem capilaridade e tem por obrigação atender a todos. Porém, o texto do *NY Times* tratava, principalmente, da declaração de Jair Bolsonaro em que ele negou que o SUS fosse colapsar em função do coronavírus.

Em poucos dias, o presidente brasileiro conseguiu que o mundo todo o enxergasse como alguém fora da realidade. No dia 23, o inglês *The Guardian* publicou reportagem abordando a narrativa que o líder da extrema-direita brasileira vinha construindo. O jornal destacou trecho da fala de Bolsonaro quando ele afirmou que a pandemia era uma fantasia da mídia. No dia seguinte, o *NY Times* publicou em seu site notícias confeccionadas pelas agências Reuters e Associated Press sobre como o vírus se espalhava no Brasil enquanto o presidente negava qualquer problema.

Em 25 de março, o jornal novaiorquino informava que Brasil e México tinham os dois únicos presidentes da América Latina que se negavam a adotar medidas contra a pandemia. No entanto, o texto afirma que Lopez Obrador voltou a atrás, mas que Bolsonaro decidiu manter o posicionamento e dobrar a aposta na radicalização de seu discurso. O texto ainda tratou da situação de vulnerabilidade nas favelas brasileiras.

Em seu site, o *NY Times* exibia publicações das agências de notícias sobre a “insurreição” dos governadores contra o presidente brasileiro. O negacionismo “bolsonariano” foi noticiado também por *Le Monde*, Al Jazeera, CGTN (China), *La Nación* (Argentina) e *El Mundo* (Espanha). O veículo espanhol também publicou reportagem sobre o temor que estremece as favelas brasileiras. O jornal diz que há o risco de um “massacre”. Já o site da Al Jazeera trazia o artigo do especialista em direitos humanos, Raphael Tsavkko Garcia. De acordo com Garcia, Bolsonaro vai devastar brasileiros vulneráveis.

Ele lembra que o SUS sofreu muitos cortes de verba nos últimos anos e que isso compromete o combate à Covid-19. Segundo o autor, o Brasil não está nem um pouco preparado para combater a epidemia.

O dia 26 foi a data em que o jornal italiano *Corriere Della Serra*, já devastado pela quantidade de mortos na Itália, publicou reportagem sobre a postura de Jair Bolsonaro. O texto mostra o quanto o presidente brasileiro causa controvérsia: “É difícil compreender, neste momento, como todas estas anomalias podem coexistir, porque o Brasil corre o risco de se tornar o primeiro país com uma dupla crise, sanitária e institucional”. O fato é que Jair Bolsonaro vai destruindo qualquer credibilidade que possa ter e isso respinga nos que estão ao seu redor. No dia 27, o *Le Monde* publicou reportagem sobre o Exército brasileiro: “Do positivismo ao anticomunismo paranoico”.

Nos dias seguintes, os jornais apontaram que Jair Bolsonaro está isolado politicamente, mas ainda tem algum apoio na sociedade. O que o noticiário internacional mostra é que Jair Bolsonaro não está apenas isolado, ele está deslocado da realidade e leva o Brasil inteiro na direção do precipício.

### **Bolsonaro e coronacrise na mídia tradicional**

Dois episódios que envolveram o presidente no mês de março foram emblemáticos para demarcar sua irresponsabilidade em relação à crise provocada pelo coronavírus e sua incapacidade de dar resposta ao momento atual. A aparição de Bolsonaro na manifestação contra o Congresso Nacional, em Brasília, realizada no dia 15 de março, na qual interagiu e manteve contato com o público logo após voltar de sua viagem aos Estados Unidos, e a entrevista coletiva realizada no dia 20, durante a qual ele e seus ministros se atrapalharam no uso de máscaras de proteção, o que resultou em imagens tragicômicas amplamente divulgadas no Brasil e no mundo. Ambos renderam editoriais críticos dos três maiores grupos da mídia tradicional.

O editorial publicado no jornal *O Globo* no dia 16, “Bolsonaro dá exemplo duplo de irresponsabilidade”, afirma que “aproximou-se de manifestantes na calçada do Planalto e ainda tocou na mão de al-

guns. Com este gesto conseguiu ser duplamente irresponsável: deu mau exemplo à população, que vem sendo instruída a evitar esses contatos, e atacou a democracia”. Em outro editorial, “Bolsonaro tem de cumprir seu papel contra o coronavírus”, publicado no dia 18, o jornal enaltece o Congresso e outras autoridades por tomar iniciativas contrárias ao presidente. “Os poderes da República precisam mesmo se articular no enfrentamento do coronavírus, sem contar com o presidente da República, se ele continuar em surto. Rodrigo Maia, Alcolumbre, Toffoli, Fux e outros agiram como se espera de autoridades com responsabilidade pública. Enviaram uma mensagem positiva ao país, ao se reunirem depois da demonstração de alheamento de Bolsonaro no domingo. Se há inépcia no Executivo, o Estado tem como defender a sociedade em momentos críticos”.

O editorial do *Estadão* em 20 de março, “Cabinismo”, chamou de circo a coletiva realizada por Bolsonaro e seus ministros e ridicularizou o objetivo cenográfico do uso de máscaras que nenhum deles sabia colocar. O texto conclui que “a aflição aumenta ainda mais diante da confirmação de que não temos presidente de verdade, e o que temos tudo faz para atrapalhar o próprio governo e, por extensão, o País”. E que “cientistas de todo o mundo lutam para encontrar tratamento para a Covid-19. No Brasil, constata-se que a incompetência do atual governo é incurável”.

A *Folha de S.Paulo* foi mais contundente no editorial do dia 26, “Retire-se”, que destaca de início a capacidade de atrapalhar do presidente. “Diante da magnitude dos esforços necessários para mitigar os efeitos devastadores da epidemia do coronavírus sobre a saúde e a economia do Brasil, será preciso encontrar meios de anular, e logo, a capacidade de Jair Bolsonaro de estorvar a mobilização de guerra necessária para atravessar, com os menores danos possíveis, este episódio dramático da vida nacional”.

E concluiu: “Que se forme um núcleo de governabilidade capaz de deixar em segundo plano as sandices do presidente, e que os políticos tenham a grandeza de suspender suas vaidades e projetos eleitorais por ora.”

### A virada contra Bolsonaro no Twitter

O grafo da página 32 foi gerado a partir das ocorrências coletadas em 17 e 18 de março, um dos picos contrários a Jair Bolsonaro nas redes sociais online no último período e, talvez, o início de sua derrocada no Twitter. As mensagens coletadas atendem o pré-requisito de mencionar Jair Bolsonaro ou suas variáveis.

No grafo estão presentes três grandes agrupamentos. Dois deles compõem a rede de ataques a Bolsonaro, formada pelos agrupamentos azul e verde. Estes agrupamentos, juntos, são responsáveis por 77,71% dos usuários e 63,36% das conexões. Já o agrupamento em defesa de Bolsonaro, da cor vermelha, representa 19,08% dos usuários e 34,64% das conexões.

Em resumo, as redes contrárias a Bolsonaro apresentam 1,92 de média de interação, e, as bolsonaristas, 4,28 de média. Essa diferença é uma característica de ações planejadas versus ações espontâneas. Enquanto ações planejadas envolvem a participação intensiva de alguns usuários, ações espontâneas tendem a ter um volume maior de usuários que apenas endossam um discurso específico de forma orgânica.

O que observamos é, utilizando-se de um termo específico da área biológica, o agrupamento bolsonarista ser fagocitado pelos agrupamentos críticos ao governo Bolsonaro neste momento. Isso se dá, em parte, pela introdução de outros agrupamentos que não necessariamente engajados com temas políticos regularmente, por novos flancos de críticas à Bolsonaro.

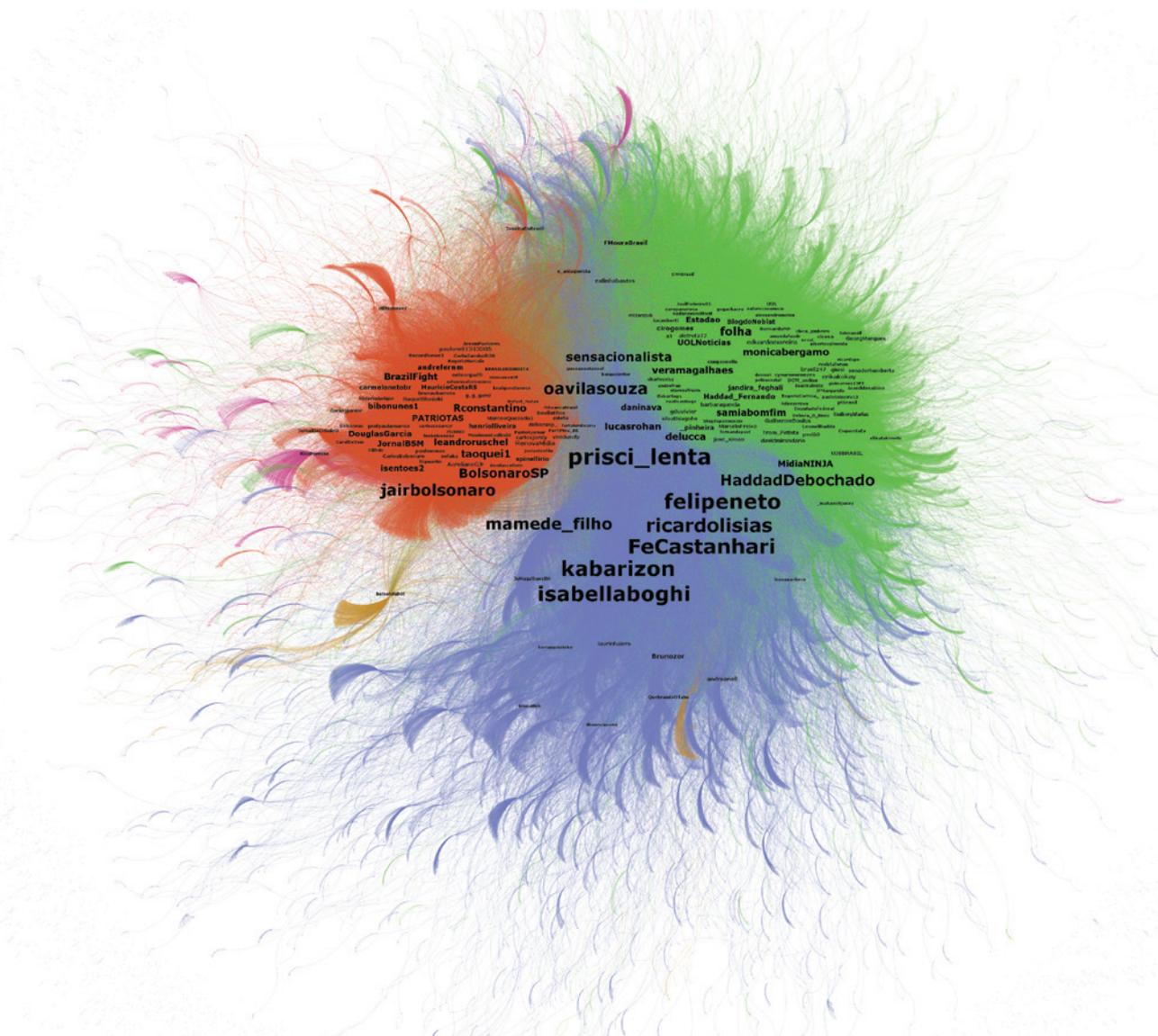
Assim, uma hipótese que se desenha é a de que o ponto da virada está no fato de o padrão da polarização ter sido subvertido nas últimas semanas, isto é: em cenários normais, o agrupamento azul estaria dividido em dois: um de imprensa e outro de esquerda. O de imprensa então se posicionaria no meio, dividindo bolsonaristas e o campo da esquerda/progressista.

No entanto, o que observamos, é uma ofensiva feroz também da imprensa contra Jair Bolsonaro. Assim, a imprensa passa a se posicionar no mesmo agrupamento que a esquerda e quem passa a colidir de forma mais direta com as redes bolsonaristas

são agrupamentos que, normalmente, não abordam temas políticos. Uma possível polarização da rede bolsonarista com estes atores se mostra extremamente mais difícil do que com figuras como Lula, por exemplo.

Em suma, a ausência de uma polarização política

provida de uma figura central no campo da esquerda, nesse momento, enfraquece o contragolpe bolsonarista nas redes. A partir disso observa-se, portanto, uma série de ofensivas da rede bolsonarista em relação aos mais diversos alvos que, nos últimos dias, tem intensificado – ainda que sem nenhum sinal de eficácia – contra a China.





*Crise leva movimentos organizados a descobrirem como se aproximar de suas bases mesmo a distância.*

## Movimentos sociais e isolamento em tempos de pandemia

Isolamento social. Para quem sempre insistiu na necessidade de aproximação com as bases, de estreitar o contato com as parcelas da população que representam ou querem representar, a crise do coronavírus impõe alterações bruscas no próprio conceito que rege movimentos organizados de origem popular.

O reflexo mais imediato dessa inesperada mudança é o surgimento de um sem-número de lives e de teleconferências a que instituições e lideranças têm recorrido desde que o tamanho e a gravidade da coronacrise foram compreendidos pela maioria das pessoas.

Na noite de 7 de abril, Lula estrelou uma live candidata a um dos ícones dessa nova tendência. Quando completavam-se exatos dois anos após sua prisão, o líder do PT, solto em novembro de 2019 após 580 dias de detenção, comandou uma conversa online com a participação de Wellington Dias, governador do Piauí, e os deputados Paulo Pimenta e Alexandre Padilha que, mais importante do que os números da audiência, confirmou Lula como mago dos palanques. Ele afirmou ao final do encontro que havia se animado bastante com a experiência e prometeu que vai fazer dessa forma de expressão uma rotina.

Lula, que já vinha fazendo lives, nessa ocasião mostrou desenvoltura como apresentador e co-

mentarista, invertendo a posição que ocupou no cenário jornalístico por quatro décadas. A conversa trouxe informações e dados que não frequentam o noticiário comercial, denúncias de procedimentos errados de diferentes governos frente à crise e ainda serviu para que Lula e seus convidados apontassem diretrizes e propostas de ação ao público petista e à oposição em geral. Quase um comício, com rodízio permanente de microfones improvável se o palco fosse um caminhão de som ou palanque.

Iniciativas semelhantes pululam nas redes. Sindicatos, movimentos e lideranças usam perfis institucionais e pessoais para divulgação de ideias e ações que estão desenvolvendo. A TV PT, no ar desde a terceira semana de março, é uma dessas iniciativas. Vale indagar se a profusão de transmissões, muitas vezes simultâneas e quase sempre sem coordenação entre seus organizadores, não repete prática antiga, que interferia na comunicação da era impressa ou presencial, de dispersão de conteúdo, público e, portanto, de significado.

O fato, porém, é que tal mudança de meios de comunicar-se não será abandonada após a crise aguda do coronavírus e do isolamento social ser superada. Como em outros momentos de crise, novas práticas e ferramentas de trabalho adotadas na urgência do momento tendem a se perpetuar caso mostrem-se menos dispendiosas, ao mesmo tempo que suficientes para a execução de tarefas.

Na opinião de Kelli Mafort, trabalhadora rural e integrante da Coordenação Nacional do MST, a experiência tem se mostrado muito rica e, de maneira inesperada, tem ampliado o raio de ação do movimento. “É incrível. Não posso esconder a enorme satisfação com o que estamos vendo”, diz ela. Após uma semana de “espanto” diante da crise, Kelli relata que rapidamente os diversos núcleos do MST e outros movimentos parceiros foram se lançando à atividade política a distância e, ao contrário do que poderia se imaginar antes, a militância tem atingido comunidades e territórios aonde antes não chegavam.

Com o envolvimento do MST em campanhas de solidariedade e auxílio a comunidades carentes e também a formação de grupos de advogados populares a prestar esclarecimento online sobre direitos, o movimento está se firmando como referência a setores urbanos que não fazem parte de suas bases tradicionais. “Temos visto um batalhão de militantes atuando em várias frentes. Na minha opinião, o uso dessas ferramentas digitais para a atividade política deve continuar, mesmo após a crise do coronavírus”, defende Kelli.

Tal experiência projeta outra alteração importante nas formas de sociabilidade. As relações de trabalho devem sofrer aprofundamento rumo a conceitos como teletrabalho, vínculos empregatícios flexíveis e empreendedorismo individual. Especialmente para os sindicatos, tão impactados pela recente reforma trabalhista, a tarefa de se adaptar aos novos tempos – que na verdade, no tocante às modalidades de trabalho, já se fazia necessária – vai exigir bastante reflexão e criatividade.

No Brasil, a expansão do coronavírus tem tido efeitos sobre o mercado de trabalho e direitos trabalhistas bem peculiares ao grupo que ocupa o poder no governo federal. Desde o início da crise, o bolsonarismo tem procurado aproveitar a oportunidade para impor mais penas ao povo. Entre idas e vindas, declarações que espantaram negativamente a opinião pública internacional e demonstrações explícitas de sociopatia, o governo tentou empurrar para a população subtração de salários e “auxílio” de duzentos reais, temporários, para uma diminuta parcela da população. Parte das propostas foi derrubada – como a de suspensão de jornada e

de pagamento de salários durante a crise – mas as ameaças continuam.

Os sindicatos reagem. Num primeiro momento, o obstáculo era o de forçar as empresas a liberarem seus efetivos da presença física nos locais de trabalho. Nem mesmo entre filiais de grandes multinacionais – como montadoras de veículos – a necessidade de isolamento social para o maior número possível de atividades foi aceita de pronto. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, por exemplo, viu-se obrigado a pressionar a associação nacional de fabricantes do setor e a ameaçar greve para que empresas recalcitrantes – como Honda, Renault e Fiat – aceitassem suspender atividades.

O presidente da CUT, Sérgio Nobre, que tem feito lives diárias para falar com os sindicatos filiados e suas bases, abriu negociações com entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e governos estaduais para fechar acordos à margem das decisões do governo federal. Com a CNI ficou acertado que demissões não podem ocorrer sem antes envolver os sindicatos na busca de alternativas. O Palácio do Planalto, por sua vez, queria que demissões fossem feitas ao gosto dos patrões – no que acabou sendo derrotado por decisão do Supremo Tribunal Federal.

O travo amargo que permanece, no entanto, é a situação de trabalhadores informais, operários da construção civil e de funcionários do comércio essencial que permanecem trabalhando, muitos sem medidas especiais de proteção, como luvas e máscaras, sem auxílio-alimentação e outros direitos básicos, que deveriam ser ampliados, inclusive, por conta da pandemia. Situação que poderia ser amenizada caso a representação sindical estivesse consolidada nestes setores de atividade.

De todas as categorias que estão trabalhando, a que mais sofre, de longe, é a dos profissionais de saúde. Situações escandalosas de falta de roupas e equipamentos de proteção têm exposto esses brasileiros e brasileiras a grande risco de contaminação e a níveis de pressão maiores dos que os já habituais. O enfraquecimento premeditado do SUS, desde o governo Temer, escancara de maneira tétrica seus efeitos.

Sindicatos do setor têm se desdobrado na tarefa de denúncia e cobrança. Esforços eclipsados por uma súbita onda de jornalismo poliano que muito fala em solidariedade e destaca até mesmo campanha de arrecadação de doações em dinheiro junto à população, aberta pelo gigante do setor público Hospital das Clínicas, em São Paulo, como uma notícia “fofa”. Sem falar na organização – bem estruturada, até aqui – de planos de comunicação de governadores que gozam da simpatia da mídia, como o tucano João Doria, do time privatista e antiSUS.

### Solidariedade

Enquanto isso, no vácuo de ações eficazes do setor público e movidos por princípios de solidariedade, os movimentos lançam-se a campanhas de ajuda. O MST tem realizado ações como a distribuição de 1,8 mil marmitas diárias para os sem-teto na cidade do Recife, postos de distribuição de refeições para caminhoneiros, como o instalado na BR-153, em Promissão (SP), e a doação de três toneladas de arroz agroecológico, produzido por cooperativa de assentamento no Rio Grande do Sul, para comuni-

dades de favelas paulistanas, em março.

A CUT e as demais centrais sindicais ofereceram ao poder público e às autoridades sanitárias a cessão de propriedades de seus sindicatos, tais como clubes de campo, quadras esportivas, colônias de férias e sedes para hospedagem de famílias carentes, sem-teto ou para a instalação de leitos hospitalares.

No final de março, as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo lançaram campanha nacional para agregar ações solidárias de socorro a famílias e pessoas carentes. Com o lema “Vamos precisar de todo o mundo”, a campanha une as periferias, que já buscavam saídas locais.

Outro reflexo da crise ocorrerá sobre a documentação que permitirá a análise futura da atuação dos movimentos. Se hoje os materiais impressos e as notas oficiais oferecem apenas fragmentos das suas histórias, a supressão, ainda que temporária, do testemunho *in loco* imporá novos desafios. Ao mesmo tempo que as transmissões *online*, desde que preservadas em arquivos, vão se tornar novas fontes documentais.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

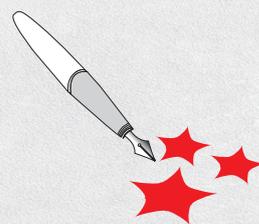
Partido dos Trabalhadores

## EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo.

Diretoria Executiva: Aloizio Mercadante (presidente). Alberto Cantalice, Artur Henrique, Carlos Henrique Árabe, Elen Coutinho, Jéssica Italoema, Lindbergh Farias, Márcio Jardim, Valter Pomar e Vivian Farias (diretores/as). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: William Nozaki. Equipe editorial: Antonio Carlos Carvalho (advogado); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Marcelo Manzano (economista); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Luana Forlini (internacionalista); Matheus Toledo, Vilma Bokany, Jordana Dias Pereira (sociólogos); Rose Silva, Pedro Simon Camarão e Isaías Dalle (jornalistas); Leo Casalinho e Pedro Barciela (análise de redes sociais). Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 9 de abril de 2020. Foto capa: Roberto Parizotti.

**BOLETIM DE  
ANÁLISE DA  
CONJUNTURA**



**F U N D A Ç Ã O**  
**Perseu Abramo**  
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091  
Vila Mariana - São Paulo - SP

**[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)**